



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ADAYSAN DO ESPÍRITO SANTO

**A POLÍTICA EXTERNA COMO INSTRUMENTO DO PODER BRANDO:
UM ESTUDO DE CASO DO *SOFT POWER* DA CHINA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

ADAYSAN DO ESPÍRITO SANTO

**A POLÍTICA EXTERNA COMO INSTRUMENTO DO PODER BRANDO:
UM ESTUDO DE CASO DO *SOFT POWER* DA CHINA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

E78p

Espírito Santo, Adaysan do.

A política externa como instrumento do poder brando : um estudo de caso do *Soft power* da China / Adaysan do Espírito Santo. - 2022.

54 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

1. China - Política e governo. 2. China - Relações exteriores. 3. Poder brando - China.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.951

ADAYSAN DO ESPÍRITO SANTO

**A POLÍTICA EXTERNA COMO INSTRUMENTO DO PODER BRANDO:
UM ESTUDO DE CASO DO *SOFT POWER* DA CHINA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 28/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (Orientadora)

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Mariana Preta Oliveira de Lyra

Doutora em Ciência Política - UFPE

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Magno Klein Silva

Doutor em Ciência Política - Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a Prof^a. Dr^a. Cinthia Campos pelo seu profissionalismo, rigor, assim como pela sua excelência durante o período que percorremos nesta jornada (a orientação desta pesquisa). E um especial agradecimento a Prof^a. Dr^a. Tacilla Siqueira pelo carinho, cuidado e profissionalismo durante o processo de conclusão deste trabalho. Não poderia deixar de exaltar a eficiência, eficácia, e principalmente as dedicadas orientações científicas, que recebi por parte da Prof^a Cinthia e da Prof^a Tacilla que constituíram ferramentas imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. Igualmente, estendo os meus agradecimentos aos meus familiares e amigos pelos contributos, pelas sugestões e energias positivas que recebi no decorrer desta trajetória, pois se tornaram importante fonte de consolo para não desistir.

非常感谢大家 (fēi cháng gǎn xiè dà jiā)

RESUMO

Constituindo-se a política externa chinesa como objeto desta análise, a presente pesquisa se propõe a efetuar a sua caracterização a partir do governo de Deng Xiaoping, por ser o período que marca o processo de reformas econômicas que segundo Carletti (2012, p. 2) “remodelou a política externa chinesa, despindo-a de roupagem ideológica visando construir uma nova imagem da China frente ao cenário internacional”. Assume-se como objetivo central identificar o conceito de *Soft power* através da análise da política externa chinesa, baseando-se na análise e interpretação de discursos.

Palavras-chave: China - Política e governo. China - Relações exteriores. Poder brando - China.

ABSTRACT

Since Chinese foreign policy is the object of this analysis, the present research proposes to carry out its characterization from the Deng Xiaoping government, as it is the period that marks the process of economic reforms which according to Carletti (2012, p. 2), reshaped Chinese foreign policy, stripping it of its that of ideological guise aimed at building a new image of China on the international scene. The main objective is to identify the concept of *Soft power* through the analysis of Chinese foreign policy, based on the analysis and interpretation of discourses.

Keywords: China - Foreign affairs. China - Politics and government. *Soft power* - China.

总结

由于中国的外交政策是这样分析的目的，本研究拟从邓小平政府履行其表征，因为它是一个标志是重塑中国外交政策的经济改革的过程中，剥离它的那个的时期意识形态的幌子旨在在国际舞台上树立中国的新形象。主要目的是通过对中国外交政策的分析，在话语分析和解读的基础上，确定软实力的概念。

关键词：中國 - 政治和政府。中國-外交事務。軟實力—中國。

Zǒng Jié

Yóu yú zhōng guó de wài jiāo zhèng cè shì zhè yàng fēn xī de mù de, běn yán jiū nǐ cóng dèng xiǎo píng zhèng fǔ lǚ xíng qí biǎo zhēng, yīn wèi tā shì yī gè biāo zhì shì zhòng sù zhōng guó wài jiāo zhèng cè de jīng jì gǎi gé de guò chéng zhōng, bō lí tā de nà gè de shí qī yì shí xíng tài de huǎng zi zhǐ zài zài guó jì wǔ tái shàng shù lì zhōng guó de xīn xíng xiàng。 zhǔ yào mù de shì tōng guò duì zhōng guó wài jiāo zhèng cè de fēn xī, zài huà yǔ fēn xī hé jiě dú de jī chǔ shàngquè dìng ruǎn shí lì de gài niàn。

Guān jiàn cí : Zhōngguó - zhèngzhì hé zhèngfǔ. Zhōngguó-wàijiāo shìwù. Ruǎn shíli——zhōngguó.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB - Asian Infrastructure Investment Bank

APE - Análise da Política Externa

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CCCB - Centro Cultural China-Brasil

CCTV - Televisão Central da China

CRI - Rádio Internacional da China

ENAP - Escola de Administração Pública

EUA - Estados Unidos da América

FOFAC - Fórum de Cooperação China-África

IC - Instituto Confúcio

ICs - Institutos Confúcio

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MFA - Ministry of Foreign Affairs

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

PE - Política Externa

PCC - Partido Comunista chinês

RI - Relações Internacionais

RIAC - Russian International Affairs Council

RPC - República Popular da China

SCIO - Escritório de Informação do Conselho de Estado

UA - União Africana

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE - Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CAPÍTULO I: O CONCEITO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
2.1	O CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i>	18
2.2	AS FONTES DO <i>SOFT POWER</i>	20
2.3	<i>SOFT POWER</i> COM CARACTERÍSTICAS CHINESA	21
3	CAPÍTULO II: ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA: ATORES, INSTITUIÇÕES E NOVOS TEMAS	23
3.1	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAMPO DA POLÍTICA EXTERNA	23
3.2	GRUPOS DE INTERESSE E ATORES INFLUENTES NA POLÍTICA EXTERNA	25
3.3	POLÍTICA EXTERNA E A NOVA DIPLOMACIA PÚBLICA	28
3.4	A POLÍTICA EXTERNA E A DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA	31
4	CAPÍTULO III: A OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA CHINESA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	37
4.1	A ANÁLISE DO DISCURSO ENQUANTO INSTRUMENTAL METODOLÓGICO	37
4.2	A POLÍTICA EXTERNA COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DO <i>SOFT POWER</i> DA CHINA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	Referências	51

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é identificar o conceito de *Soft power* por meio da análise da política externa chinesa. E para tal, utilizamos como base teórica a obra de Joseph Nye (2002, 2004), onde o autor desenvolve o conceito de *Soft power* (poder brando), e apresenta a política externa como uma de suas fontes. Desta feita, o nosso objeto de estudo será a política externa chinesa, a qual tomaremos como estudo de caso na qualidade de instrumento do *Soft power*.

Ao pensarmos em relações internacionais enquanto disciplina é comum fazer a associação com algumas temáticas tradicionais como: economia política internacional, diplomacia, direito internacional, política externa, estudos estratégicos e política internacional. Entretanto, “a complexidade das relações que envolvem atores estatais, não estatais e indivíduos abrange uma gama muito maior de temas que vão além daqueles que tradicionalmente compõem a agenda da disciplina”. (RODRIGUES, 2015, p.6). Nesse sentido, frequentemente temas relacionados ao fluxo migratório, as questões ambientais e a dimensão cultural das relações internacionais são colocados na retaguarda. Temas estes que cada vez mais vem ganhando relevância para os estudos de relações internacionais, e como tal, demandam outro tipo de articulação que não a diplomacia tradicional para solucioná-los. Deste modo, a diplomacia pública surge como um caminho alternativo à diplomacia tradicional para responder a demandas da política internacional contemporânea que perpassam as fronteiras estatais, e que requer a restrição do uso da força militar ou coerção na condução das relações entre os Estados. O objetivo da diplomacia pública, de acordo com Villanova (2017), é de impactar a política externa no longo prazo, e como tal, este contato está diretamente ligado a promoção de uma ideia (como mudanças climáticas) que seja do interesse da política externa deste ator, estabelecendo assim diálogos autênticos, construindo relações por meio do intercâmbio de pessoas, valores, ideias e cultura, que, segundo Nye (2004), se bem utilizados tornam-se fontes imprescindíveis do *Soft power*.

Segundo as teorias de Relações Internacionais podemos classificar o poder em três categorias gerais: econômico, militar, e ideológica e cultural. Todas as três são de extrema relevância, entretanto, esta última muitas vezes é deixada de lado por alguns políticos, “o que é um erro, ao menos para aqueles que, como Joseph Nye, veem o *Soft power* como uma fonte considerável de poder - que atua de forma pacífica, porém revolucionária - e que não deveria ser descartado por uma potência como a China” (DUARTE, 2012, p.2).

Portanto entende-se como *Soft power*, “a capacidade de um Estado de conseguir o que quer pela atratividade da sua cultura, suas ideias, sua política doméstica e diplomacia” (TREMBLAY, 2007 *apud* DUARTE, 2012, p. 3). Ainda segundo Duarte (2012), um Estado é poderoso quando concilia o seu poder militar (*hard power*) com a sua capacidade de influenciar (*Soft power*) nas decisões de outros Estados. Tanto *hard* como o *Soft power* são dois conceitos interligados, que se diferem apenas pela natureza do seu comportamento e pelos recursos utilizados para efetivação dos seus objetivos (NYE, 2004). Um país pode obter resultados desejados no que tange a política internacional por meio “da admiração que provoca em outros países, construída pela disseminação de seus valores; do nível de prosperidade e grau de liberdade que possui o que fomenta o desejo de outros países em copiar o seu modelo e aceitar a sua liderança” (RODRIGUES, 2015, p.16).

A política externa influencia na política doméstica e vice-versa. Autores como Hagan (1995) retratam a política doméstica como coalizões determinantes da política externa. Sendo assim, o processo político interno determina o aumento ou a diminuição da prospecção de um país para assumir compromissos internacionais (GUERALDI, 2016, p. 2). Para os países do terceiro mundo ou países periféricos, a política externa é uma ferramenta fundamental na busca pela autoridade interna, legitimidade internacional, estabilidade social e manutenção do governo (Moon, 1995 *apud* Guerardi, 2016, p. 2). Quando uma política é legitimada por outros países, automaticamente o *Soft power* é enaltecido. Partindo desta perspectiva a presente pesquisa buscou analisar a política externa enquanto instrumento do *Soft power* chinês, e como esta ferramenta vem sendo utilizada pelos líderes chineses para sua projeção internacional.

Desta feita, a pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo se propõe a construir os pilares necessários para explicar e legitimar o poder por meio da política externa. E como tal, toda a discussão foi feita em torno do conceito do poder a partir de uma visão clássica de alguns teóricos de relações internacionais como Weber, Hannah, Arendt e Michel Foucault, expondo o meio pelo qual o ele é exercido, para assim chegarmos aos conceitos de *hard power* e *Soft power* desenvolvidos por Nye. Após esta análise mais conceitual, chegamos ao segundo capítulo que possui um caráter instrumental, onde por meio dele foram tratados de modo concreto os elementos abordados no primeiro capítulo com o foco na análise da política externa enquanto instrumento de poder. Sendo assim, neste capítulo analisamos a política externa enquanto campo de estudo, os grupos de interesse e atores influentes na política externa, a política externa e a nova diplomacia pública, e por fim, a política externa e a diplomacia pública chinesa. E por último, o terceiro capítulo onde contém toda a discussão empírica da pesquisa, por meio dele buscamos identificar recursos que sirvam como

indícios deste poder dentro da política externa chinesa, por meio da análise de discurso. E para finalizar apresentamos as considerações finais e as referências.

2 CAPÍTULO I: O CONCEITO DE PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Encontrar uma definição para o conceito de poder, ou até mesmo uma resposta para a forma como podemos medi-lo e senti-lo parece ser exaustivo, pois existem numerosas adversidades que orientam a concepção adaptada por cada autor ao defender as suas ideias. Partindo da visão dos primeiros pensamentos teóricos das relações internacionais, o conceito de poder apresenta diversos significados. Do ponto de vista realista o poder é definido como a capacidade do Estado de influenciar ou obrigar os demais atores a se submeter a sua vontade (MORGHENTHAU, 2003); já na visão dos liberais, o poder é vislumbrado nas ações cooperativas, onde ao invés de competição o que prevalece é a interação entre os atores (KEOHANE; NYE, 1989). Entretanto, apesar das teorias clássicas das RI apresentarem visões distintas sobre o conceito de poder não há como afirmar que uma está certa e a outra errada, pois como afirma Rochman (2010) as teorias das RI “não são abstrações puras e sim expressão de um conjunto de explicações e sistematizações de realidades e propostas, baseadas na experiência e nas referências político-ideológicas dos que a formulam” (ROCHMAN, 2010, p.1), e como tal, cada autor adapta a sua concepção de acordo com as ideias que defende.

De acordo com Robert Dahl (1975), o conceito de poder não é contemporâneo. Ele sempre esteve presente na teoria social, e, como tal, existem inúmeros pensadores que dedicaram seus esforços ao tema e aos fenômenos ligados a ele. Podemos tomar como exemplo Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Pareto, Weber, entre outros. No entanto, para esta pesquisa veremos alguns conceitos clássicos de poder, que nos ajudarão a entender como o mesmo foi se modificando e se adaptando às necessidades atuais do Estado contemporâneo.

A primeira percepção do conceito de poder que trouxemos aqui é do autor alemão Max Weber que em seus estudos analisa as dinâmicas internas do Estado. Sendo assim, Weber (2004) define o poder como sendo a possibilidade de impor a sua vontade sobre terceiros. O conceito de poder Weberiano tem suas origens na institucionalização do aparelho burocrático do Estado, onde o mesmo possui a legitimidade do uso da força e, como tal, o poder se configura como sendo o recurso que atribui ao Estado o uso legítimo da violência. Esta visão de poder está muito atrelada a visão do Estado Moderno, especialmente após a queda do absolutismo, pois durante aquele período os países almejavam não só a manutenção de sua posição e

maximização do poder, como também o controle de sua população por meio de regras de convivência social e burocracia estatal, o que fez com que Weber em seus estudos estabelecesse a diferença entre o poder e a dominação e refletisse sobre a dominação do Estado em três esferas diferentes: tradicional, carismático e o racional-legal (IDEM, 2004). Entretanto, ainda no pensamento de Weber (2004), a função do Estado no meio internacional é de manter a legitimidade do uso da força dentro de sua fronteira mesmo que para tal fosse preciso utilizar os meios coercitivos, pois assim, estaria garantindo a sua integridade e de sua população. Neste sentido, o conceito de poder aparece não somente na ideia de expansão territorial como também na relação de dependência de um ator para com o outro. Como afirma o autor:

Todas as formações políticas são de força. Mas a natureza e o grau da aplicação de força ou da ameaça desta, dirigidos para fora, contra outras formações similares, desempenham um papel específico para a estrutura e o destino das comunidades políticas. Nem toda formação política é no mesmo grau “expansiva”, no sentido de aspirar a um poder dirigido para fora, isto é, (h) a dispositivos para a usurpação do poder político sobre outros territórios e comunidades, seja em forma de incorporação, seja em forma de dependência. As formações políticas são, portanto, complexos de forças que, em grau diverso, se dirigem para fora. (WEBER, 2004, p. 162).

Sendo assim a maior parte deste direcionamento externo provém da ameaça que o Estado sofre, como podemos continuar vendo em seus argumentos:

Desde logo, toda formação política prefere, naturalmente, a vizinhança de formações políticas fracas às fortes. E como, além disso, toda comunidade política grande, como pretendente potencial de prestígio, significa uma ameaça potencial para todas as formações vizinhas, ela mesma está constantemente ameaçada, de modo latente, pela simples razão de ser uma formação de poder grande e forte. (WEBER, 2004, p. 163).

Torna-se perceptível nesta afirmação a ideia de que um Estado age no meio internacional quando se sente ameaçado pela existência de outros atores, ou quando faz parte do seu plano de conquista manter a sua legitimidade perante os outros. Algo importante que podemos destacar no conceito de poder de Weber é a ideia da imposição a qualquer custo para garantir não só a maximização do poder e o prestígio internacional por parte do Estado, como também, a luta pela sobrevivência como forma de assegurar a legitimidade do uso da força e a garantia de que nenhum ator externo ameace esse controle. Também é importante destacar que Weber é um ator do início do séc. XX, e, como tal, ele discorre com mais densidade o período pós I guerra mundial, o que torna compreensível a sua visão de imposição e coerção, pois é este cenário que caracterizava o ano de 1918 depois a primeira grande guerra.

A segunda visão de poder é da autora Hannah Arendt que traz novos elementos para que possamos avaliar e repensar a percepção de Weber. Segundo Arendt (1994, p.36):

O poder “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em unísono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrarse esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece”. (ARENDR, 1994, p. 36).

A autora Arendt traz um novo elemento ao conceito de poder ao afirmar que o poder não reside na mão de um indivíduo e sim em um grupo, e que este mesmo poder é limitado a partir do momento que este grupo se desfaz, porém, o seu recurso permanece e pode ser utilizado para designar poder a outro grupo. Arendt nos passa a ideia de que a eficácia do poder só existe quando a ação é conjunta, isto porque, caso haja discordância na ação dentro do próprio grupo colocará em causa a legitimidade do poder, por isso a ação deve ser feita de maneira uníssona. Assim sendo, para este poder produzir um efeito externo eficaz, as estratégias políticas do governo e os diferentes atores dentro do Estado devem estar alinhadas para que haja legitimidade política legal no ambiente doméstico (PINTO, 2016).

A outra visão de poder importante dentro da literatura é o conceito do autor francês considerado um dos grandes teóricos do poder, Michel Foucault. O autor em seus argumentos afirma que o poder não é algo que se encontra em um único espaço e um só comando, Foucault vê o poder como um conjunto de dinâmicas onde seus efeitos são visíveis em todas as camadas da sociedade, como podemos ver no seguinte argumento:

Poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a ideia que há, um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (Tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todocaso, não se dá conta de um número considerável de fenômenos. (FOUCAULT, 2001, *apud* PINTO, 2016, p.79).

Partindo desta premissa, para Foucault o poder por si só não existe, o que existe é “a noção de relações de poder que compreende a realidade do ser humano e o faz ter ações que por si só poderia não ter” (MARINHO, 2008, *apud* PINTO, 2016). Na visão de Foucault entende-se por relações de poder o seguinte:

Quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente a uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, etc. Isto não é de nenhum modo aquilo que eu penso quando falo de relações de poder. Eu quero

dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam - que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente: eu quero dizer a relação na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro. Estas são, por conseguinte, relações que se podem encontrar em diversos níveis, sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja, elas podem alterar-se, elas não são dadas de uma vez para sempre. (FOUCAULT, 2001, *apud* PINTO, 2016, p.79)

Podemos absorver desta percepção de Foucault alguns elementos que nos permite ter uma nova compreensão do poder e de suas dinâmicas nas relações internacionais. Diferente de Arendt, Foucault defende que o poder não se encontra somente em um grupo, e sim, em cada indivíduo que pode usá-lo no seu cotidiano da maneira que quiser, e muitas das vezes sem ter a noção de o estarem exercendo. Entretanto os dois autores se assemelham ao defender a ideia de que o poder não é algo fixo que perpetua no tempo. (PINTO, 2016).

Segundo Pinto (2016), “quando as relações podem ser consideradas formas de poder, a dimensão do poder aumenta seu escopo e não mais recursos tradicionais de poder serão os únicos reconhecidamente capazes de satisfazer os interesses dos Estados no plano internacional” (IDEM, 2016, p.80). Vale ressaltar que Foucault em sua análise desconsiderou o poder na sua projeção externa, entretanto, “a sua dinâmica de relações de poder pode ajudar a compreender que ações como a diplomacia pública” (PINTO, 2016, p.80), sejam grandes recursos de poder e influência do Estado moderno.

John Mearsheimer (2001), em sua análise propõe duas maneiras distintas de definir e medir o poder, e se posiciona em prol da forma tangível de classificar o poder em função dos atributos materiais de cada Estado, e como tal, o equilíbrio do poder é vislumbrado a partir das fontes mensuráveis que cada potência detém:

Ao seu nível mais básico, o poder pode ser definido de duas formas diferentes. O poder, como o defino, representa apenas que ativos específicos ou recursos materiais se encontram à disposição de um estado. Outros, porém, definem o poder em termos dos resultados de interações entre estados. O poder, segundo afirmam, tem tudo a ver com o controle ou a influência sobre outros estados; é a capacidade de um estado de forçar outro a fazer algo. (MEARSHEIMER, 2001 *apud* RODRIGUES, 2015, p.11).

Esta segunda, é também apresentada por Joseph Nye (2004) que define a relação de poder entre dois atores a partir da habilidade de alcançar os resultados almejados por meio da atração, indução ou coerção, também conhecida como a outra face do poder.

O conceito de poder fundamentado na capacidade material classifica um Estado como sendo poderoso a partir das seguintes características: “território e a população relativamente grandes, recursos naturais em abundância, uma economia forte, poderio militar e estabilidade

social” (RODRIGUES, 2015, p.12). Todavia, Nye a partir da análise do paradoxo do poder americano, traz à tona a problemática ao considerar “o poder sinônimo de recursos necessários para obtê-lo, pois, nem sempre aquele com maior poder obtém os resultados desejados, tendo a intervenção dos Estados Unidos no Vietnã como exemplo histórico” (RODRIGUES, 2016, p.12)

Após esse trajeto o que podemos perceber é que o conceito de poder é muito abstrato, uma vez que, sua definição abarca em sua significância inúmeras nuances. Entretanto, para a nossa pesquisa o objetivo é entender o poder como sendo uma capacidade do Estado, e que é útil para construir a sua imagem no meio internacional e para concretizar os seus interesses nacionais. (NEY, 2011).

Portanto, partindo da percepção de Nye (2002, 2004) entende-se como poder a capacidade de impor o seu desejo sobre o outro, utilizando a coerção ou a dissuasão como mecanismo de atuação, isto é, a habilidade que um ator possui de atingir os objetivos desejados por meios diretos ou indiretos influenciando no comportamento de outros.

Desta feita, no que concerne às relações de poder existem três maneiras de influenciar o comportamento de outros atores: coerção através de ameaças; indução por meio de pagamentos; atração ou cooptação.

Historicamente, parafraseando Stuenkell (2018), o poder militar e econômico esteve concentrado no ocidente depois do fim da guerra fria e na virada do séc. XXI. Entretanto, no novo ordenamento do sistema internacional advindo da guerra fria, o poder encontra-se atualmente distribuído em três categorias: na primeira delas encontra-se a dimensão militar, onde o poder é predominantemente unipolar e os EUA é o principal jogador. No nível intermediário encontra-se a dimensão econômica onde o poder é compartilhado, o que Sammuell Huntington (1993)¹ caracteriza de um mundo híbrido uni-multipolar. No último pilar é onde atua o *Soft power* a partir das relações transnacionais que ultrapassam as fronteiras estatais, onde em sua agenda encontramos temas como: terrorismo, crimes internacionais, clima, epidemias, etc.

2.1 O CONCEITO DE *SOFT POWER*

De acordo com Ney (2004), a natureza do poder se encontra classificada em duas esferas fundamentais: *hard power* e o *soft power*, dois conceitos que se encontram interligados, porém,

¹ HUNTINGTON, Samuel. Choque das civilizações e a Recomposição da Nova Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. O artigo no original em inglês foi publicado na edição de verão de 1993 da Foreign Affairs.

que se diferem pela natureza do seu comportamento e pela tangibilidade dos recursos utilizados para efetivação dos seus objetivos, os quais abordaremos adiante. Entretanto, para entendermos o conceito de *soft power* faz-se necessário definir primeiramente o *hard power* uma vez que é de fácil assimilação, tendo em conta que estamos acostumados a ele.

Levando em conta os recursos militares e a economia como ferramentas tradicionais do poder de um Estado, ilustramos um exemplo para melhor facilitar a compreensão. Suponhamos que, o Estado “X” que detêm o poder econômico e militar, tem interesse em aprovar uma resolução na Organização das Nações Unidas (ONU), e para tal necessita do apoio do Estado “Y”. Para alcançar o seu objetivo o Estado “X” tem duas opções de ação: 1) negociando o apoio do “Y” em troca de uma recompensa como a ajuda financeira ou; 2) ameaçando o “Y” com alguma sanção econômica ou até mesmo forçando-o a votar em seu favor com ameaça de uma intervenção militar.

Nestas duas opções estamos perante uma relação de *hard power*, que por meio de recursos tangíveis e mensuráveis (economia, e poder militar) o Estado “X” influencia no comportamento do “Y” de maneira ostensiva. Portanto, quando falamos de *hard power* estamos referindo ao uso de meios tangíveis como: a economia ou o poder militar para atingir um determinado objetivo, onde a relação de força é explicitamente representada. Esta interação é fundamentalmente baseada em ameaças ou recursos tangíveis para sua efetivação. As ações advindas deste tipo de poder podem ser classificadas em dois âmbitos. A primeira diz respeito ao campo militar e toda a articulação bélica de um ator que a envolve. Segundo Martinelli (2016), o *hard power* no contexto militar é muito mais do que o conflito armado, a sua forma de operar também pode ser vista nas guerras e intervenções, apesar de não atuarem de forma exclusiva. Um exemplo de demonstração desta fonte de *hard power* são os desfiles militares feitos pelos países em grandes avenidas como forma de demonstrar o seu poder e intimidar seus inimigos. Esta prática foi muito utilizada durante a guerra fria pelo regime comunista soviético.

Já o *hard power* na sua vertente econômica, se vislumbra a partir da capacidade econômica de um ator, por meio do seu poder de negociação em temas econômicos, e para tal, os instrumentos utilizados na sua efetivação são: “sanções, embargos, suspensão de subsídios, parcerias e investimentos” (MARTINELLI, 2016, p.69). Nesta vertente o volume econômico como o Produto Interno Bruto (PIB) não é suficiente para medir o poder, é necessário que os Estados também detenham a capacidade de articulação. Um dos exemplos clássicos foi a articulação dos EUA no fim da primeira guerra mundial, no qual se dispôs a ajudar na reconstrução econômica da Europa que se encontrava totalmente destruída.

Entretanto, há uma outra maneira de alcançar os objetivos almejados sem a necessidade do uso da recompensa, ameaça ou sanção. Voltando ao exemplo anterior, ao invés dos recursos tangíveis o Estado “X” poderia utilizar a sua credibilidade para cativar o Estado “Y”. Sendo assim, a ajuda do “Y” seria seduzida de forma natural, pois o “Y” estaria votando na resolução proposta por “X” não para obter algum tipo de vantagem ou por medo, e sim por acreditar nos mesmos valores e no modelo proposto por “X”, e por almejar seguir o mesmo exemplo. É nesta vertente que atua o *Soft power*, por meio de cooptação em vez de coerção.

Portanto, quando o país “Y” é induzido a agir de acordo com os interesses do “X” sem que haja nesta relação qualquer tipo de troca ou ameaça, e sim uma interação pautada na atração visível, porém intangível, estamos nos referindo ao *Soft power*.

Desta feita, as relações no que concerne ao *hard power* se fundamentam em ameaças com força militar ou sanções econômicas, já as relações no que tange ao *Soft power* se baseiam “na capacidade de moldar as preferências de outros atores” em seu favor (NYE, 2002, p. 19). Por muito tempo o *Soft power* tem sido negligenciado por muitos políticos, entretanto, o seu criador vem chamando a atenção dos mesmos, pois para Nye o *Soft power* é um recurso valioso de poder, que atua de forma pacífica, porém, revolucionária, e que não deveria ser descartado por uma potência como a China.

Nye (2002) afirma que, para um Estado manter a sua posição de hegemonia no tabuleiro internacional precisa conciliar o seu *hard power* com o *Soft power*, pois, apesar de serem termos distintos, essas duas fontes de poder precisam se complementar para que de fato a hegemonia seja efetiva, e constantemente chama atenção aos países para não negligenciarem o *Soft power*, principalmente, no mundo globalizado contemporâneo, pois para um Estado ser bem sucedido no tabuleiro da arena internacional precisa desenvolver os recursos do *Soft power*.

2.2 AS FONTES DO *SOFT POWER*

Como já acima frisado, o *Soft power* opera por meio de ferramentas intangíveis. Segundo Nye, existem três fontes básicas do *Soft power*: (1) a cultura, (2) valores e instituições políticas, (3) e políticas que são vistas como legítimas ou que têm autoridade moral externa, com legitimidade e autoridade moral. (NYE, 2004, p. 20)

A cultura diz respeito a valores e práticas que dão significado a uma sociedade. Na análise de Nye, os EUA possuem uma maior capacidade de influenciar por meio da sua cultura universalista do que pelas suas fronteiras militares. E como tal, afirma Guerardi (2006, p. 74), os “estudantes estrangeiros que vão estudar nos EUA que ao retornarem aos seus países de

origem facilitam a disseminação da cultura americana e, caso ocupem posições de destaque na elite da sociedade” contribuem na formação de acordos diplomáticos com os Estados Unidos.

Além dos EUA, Nye também cita a China, a Índia e o Brasil como potências emergentes com capacidade de desenvolver e disseminar o seu *Soft power* nesta era de informação global, o que atribui legitimidade a este estudo ressaltando a viabilidade de pesquisar o processo de internacionalização de um país, por meio do *Soft power* e da maximização de seus recursos para a eficiência de sua política externa.

Para Nye, na era da informação global na qual vivemos, o *Soft power* ganhará cada vez mais importância, e como tal, os países que forem estratégicos e desenvolverem o seu *Soft power* maximizarão o seu poder devido a existência de múltiplos canais de comunicação; as ideias e valores culturais em sintonia com normas globais e a fiabilidade com políticas internas e externas (IDEM, 2004). Argumentos estes, que mais uma vez dão relevância a esta pesquisa, e ao protagonismo que a política externa tem ou deveria ter na agenda pública dos Estados.

Além da fonte cultural, a política externa é uma fonte de *Soft power*, na medida em que ela se apresenta como ferramenta fundamental na busca pela autoridade interna, legitimidade internacional, estabilidade social e manutenção do governo (Moon, 1995 *apud* Gualdi, 2006). Quando uma política é legitimada por outros países automaticamente o *Soft power* é enaltecido. Segundo Nye (2004), os Estados pautam os seus interesses nacionais pela política externa, uma vez que o *Soft power* “consiste na capacidade de mobilizar a cooperação dos outros Estados sem ameaças ou pagamentos, e o seu triunfo depender em parte da forma como o país quer explorar o seu poder brando moldando os seus próprios objetivos” (GUERALDI, 2006, p. 5). Por isso é extremamente relevante que pesquisas deste cunho sejam desenvolvidas, não somente por estudantes de relações internacionais como também de administração pública.

2.3 *SOFT POWER* COM CARACTERÍSTICAS CHINESA

Segundo Stuenkel (2019), pelo fato de não existir uma definição universalista do *Soft power*, cada país vem moldando-o de acordo com as suas necessidades. E como tal, o conceito de *Soft power* do ponto de vista chinês transcende aquele criado por Nye ao adicionar fatores como: diplomacia pública, a mídia, desenvolvimento econômico, cooperação diplomática, e acordos de investimento como ferramentas de atuação; e substituiu os valores universais ocidentais (direitos humanos, liberdade e democracia) pelos valores confucionistas como harmonia, igualdade, irmandade e reciprocidade, exatamente os valores que permeiam as relações sino-africanas (HEIERMANN, 2020, p. 152). Além disso, Os Princípios de

Coexistência Pacífica, pilares da política externa chinesa, se configuram como fonte essencial do seu *Soft power*, e por meio dele a China reforça a igualdade, o respeito à soberania e benefício mútuo nas suas relações com outros estados (IDEM, 2020).

Partindo destes argumentos, supomos que a China esteja trabalhando o seu *Soft power* atraindo estudantes estrangeiros (com a concessão de bolsas de estudos, particularmente aos estudantes africanos) e as elites africanas a conhecer a China, aumentando o turismo chinês para a África, fomentando intercâmbio cultural e cooperação entre as mulheres por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOFAC)²; financiando os países com grandes projetos de infraestrutura participando como um grande investidor e um parceiro comercial (como a Nova Rota de Seda ou One Belt One Road); se projetando como o provedor de bens públicos globais, colaborando para lidar com as mudanças climáticas; se posicionando a favor do multilateralismo e de um sistema internacional assentado em regras e normas. De acordo com Stuenkell (2019)³, a China - percebendo que seu impacto é maior nos países em desenvolvimento - debruça os seus esforços para projetar uma imagem positiva de si nesses países, justamente por saber que os rumores de um sistema político autoritário por trás da forma como funciona a sua política não é o foco desses países, e sim o desenvolvimento econômico. Assim sendo, o seu *Soft power* tem maior impacto nesses países (especialmente no continente africano) do que na Europa e nos EUA, configurando assim como parte estratégica da política externa de Hu Jintao e Xi Jinping, a qual abordaremos com mais detalhes adiante.

² FOCAC é um fórum que reúne 53 países africanos mais a Comissão da União Africana e a China. A criação do FOCAC em 2000 representou uma revitalização e fortalecimento das relações sino-africanas, que desde a década de 1950, através da Conferência de Bandung, mantém laços fortes de parceria. A primeira reunião, em Pequim, contou com a presença de 44 países africanos e transformou o FOCAC como principal plataforma de diálogo e cooperação China-África. O foco do Fórum é consolidar a cooperação em diferentes áreas como agricultura, infraestrutura e energia, priorizando a igualdade política, confiança e ganhos recíprocos, sendo base para o desenvolvimento de uma Cooperação Sul-Sul. As reuniões são realizadas tri-anualmente desde 2000. (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS BRICS). Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-afrika-focac/>.

³ STUENKEL, O. Como funciona o Soft power chinês. Entrevista ao Nexo Jornal, em junho de 2019. Disponível em: <https://www.oliverstuenkel.com/2019/06/16/entrevista-funciona-chines/>. Acesso em: 18 de julho 2021

3 CAPÍTULO II: ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA: ATORES, INSTITUIÇÕES E NOVOS TEMAS

Para a realização da presente monografia, levando em conta o cumprimento do seu objeto e objetivo, a discussão da temática da política externa sobrevém como um marco inevitável. E como tal, faz-se necessário na primeira seção deste capítulo discutir o conceito de política externa, entrelaçando um breve histórico da análise da política externa enquanto um campo de estudo nas Relações Internacionais (RI). Na segunda seção, abordo os grupos de interesses e os demais atores que influenciam na política externa de um Estado, para entendermos como a mesma é formulada, e assim, chegar na terceira seção onde a explanação é sobre a política externa e a diplomacia pública. Depois de percorrer este caminho, a quarta sessão se debruça no estudo da política externa chinesa e a diplomacia pública como ferramenta de atuação externa da china, com o marco temporal a partir do governo Deng Xiaoping por ser o período que marca o processo de reformas econômicas que “remodelou a política externa chinesa, despindo-a de roupagem ideológica visando construir uma nova imagem da China frente ao cenário internacional” (CARLETTI, 2012, p. 2).

3.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAMPO DA POLÍTICA EXTERNA

Durante séculos até os dias atuais, o complexo quadro teórico da Análise da Política Externa (APE) vem passando por um processo longo de transformação, referente a dificuldade em designar um quadro teórico razoavelmente extenso que permita efetuar um estudo de APE capaz de abarcar os múltiplos acontecimentos existentes hoje. Tendo em conta a dificuldade expressa na escolha de uma definição para o conceito de política externa resultado de um quadro extenso de autores e múltiplas definições, a presente pesquisa optou-se por debruçar na obra de Maria Raquel Freire (2011) enquanto marco orientador deste subcapítulo.

De acordo com Freire (2011), a análise da política externa enquanto quadro teórico, teve sua origem no período pós segunda guerra mundial. Durante o processo de criação até a consolidação do campo, os trabalhos de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1954) *Foreign Policy Decision-Making*, de Harold e Margaret Sprout (1956) *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of 15 International Politics* e de James Rosenau (1966): *With Special Reference to International Politics*; e *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*, tiveram contribuições fundamentais para a compreensão da política internacional. O estudo de Snyder, Bruck e Sapin, segundo Freire, centrou-se no papel do decisor da política externa como

fator determinante do comportamento do Estado, focando no processo de decisão e nos sujeitos responsáveis pelo mesmo. Já os Sprout se debruçaram no contexto da política externa especificamente na compreensão da dimensão cognitiva como: crenças, valores, atitudes, percepções, etc., dos tomadores de decisão. Enquanto que Rosenau contribuiu com a análise multinível e multicausal da complexidade na compreensão da política externa, demonstrando a importância de aplicar os conhecimentos de outras ciências sociais nas explicações da mesma, dando suporte aos trabalhos de política externa comparada com o foco na análise dos eventos da PE (FREIRE, 2011, p.16).

Apesar do sucesso destes trabalhos na consolidação do campo da APE, a conjuntura do período pós-guerra fria trouxe novos desafios e com ele o reconhecimento de que as teorias tradicionais dominantes não davam conta de explicar a complexidade da política contemporânea como afirma Hudson e Vore (1995) *apud* Freire,

Devido à dificuldade das teorias tradicionais dominantes em explicar a complexidade da política contemporânea, o enfoque nos indivíduos e nos processos de decisão passou a assumir um lugar central na política internacional. Os novos desafios do pós-Guerra Fria cimentaram a convicção de que as teorias tinham de reconhecer que «com cada transformação sistêmica... a vontade e imaginação humana são fundamentais ao influenciar a condução dos assuntos globais. (HUDSON e VORE, 1995 *apud* FREIRE 2011, p.16).

Entretanto, o contributo do quadro teórico tradicional continua sendo relevante para uma melhor compreensão da política internacional dentro da análise da política externa na contemporaneidade (HUDSON, 2008 *apud* FREIRE, 2011, p. 16).

Como já frisado no parágrafo acima, não existe uma definição consensual da política externa tendo em conta a complexidade em torno da mesma, e como tal, a presente pesquisa optou por privilegiar a definição da obra de Freire por valorizar diferentes atores (entidades supraestatais e sub-estatais), diferentes dinâmicas e processos na tomada de decisão da política externa. Pois uma abordagem assentada na compreensão do processo de tomada de decisão nos permite preencher algumas lacunas deixadas pelas teorias tradicionais especialmente as teorias de sistemas que, por renunciar tais análises acabaram por deixar de explicar muitos eventos da política internacional (HAGAN, 2001 *apud* FREIRE, 2011, p.18).

Assim sendo, “entende-se por política externa, conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (FREIRE, 2011, p.18).

Em suma, tendo em conta a sua complexidade, a agenda da política externa abarca diversos temas como: educação, segurança, meio ambiente, economia, entre outros, e como tal o processo de formulação e tomada de decisão envolve diferentes atores como a opinião pública, as empresas transnacionais e multinacionais, a mídia, os grupos de pressão, entre outros, que serão abordados nos tópicos seguintes.

3.2 GRUPOS DE INTERESSE E ATORES INFLUENTES NA POLÍTICA EXTERNA

Simultaneamente ao extenso quadro de definições teóricas envolvendo a análise da política externa, o debate sobre o processo de tomada de decisão da mesma, os grupos de interesse e atores envolvidos é complexo e superabundante. Neste sentido, a pesquisa buscou a partir da análise da obra de Marcos Alan S. V. Ferreira (2020), trazer algumas contribuições feitas para a compreensão da relação entre os diferentes atores e a política externa e a relevância dos mesmos no processo de formulação de política externa de um país.

A discussão sobre os grupos de interesse e a política externa se aflora no debate sobre o papel desempenhado por diferentes forças sociais na formulação da política externa de um país. Neste sentido, a teoria neoliberal contribuiu valiosamente neste debate ao destacar a importância da sociedade organizada. Em sua obra denominada “After Hegemony: Cooperation and Discordy in World Political Economy”, Robert Keohane levanta esta preocupação ao demonstrar que em regimes democráticos é comum que o poder executivo e legislativo barganhem com os poderes domésticos por meio de campanhas e votos, e estes mesmos poderes são frequentemente ameaçados por diferentes grupos organizados “com greves, fugas de capitais, entre outras ferramentas de pressão para o endereçamento de interesses particulares” (JACOBS & PAGE, 2005, p.107 *apud* FERREIRA, 2020).

Posteriormente, outros autores como Ronald Rogowski (1989), Helen Milner (1997) e Robert Putnam (1988) também contribuíram significativamente para explicar o papel dos interesses organizados na política externa. Rogowski demonstra que são os poderosos interesses domésticos que guiam a política econômica, e tais interesses são visíveis no legislativo onde estão centradas as demandas dos distritos. Já Milner argumenta que dois tipos de preferências políticas importam na APE de um país sendo elas: os atores políticos e societais, e como tal, não podemos perder de vista o papel que a sociedade organizada exerce na formulação da política externa. Por último, umas das principais contribuições na compreensão desta relação (entre grupos de interesses e política externa) se encontra no trabalho desenvolvido por Putnam que aponta que, no campo das negociações econômicas bilaterais a política externa responde a constrangimentos externos (a barganha entre os negociadores que leva a um acordo temporário) e internos (que corresponde às discussões entre os grupos domésticos de apoio sobre ratificar ou não o acordo). (FERREIRA, 2020, p. 125).

Os interesses resultam de ideologias e escolhas racionais de acordo com os objetivos almejados por determinados atores que possuam relevância dentro de uma sociedade. Embora grande parte da discussão sobre grupos de interesses se atrelarem a questões econômicas não podemos negligenciar o papel dos atores sociais na formulação da política externa. Por muitos anos a participação de atores não estatais ou sociais nos processos de tomada de decisões de política externa foi invisibilizada dentro dos estudos de Relações Internacionais, tendo em conta que, era o paradigma realista que dominava a disciplina, uma corrente que não leva em consideração “a análise dos processos decisórios domésticos e dos interesses políticos e econômicos internos, que levam às decisões finais de âmbito internacional” (ITUASSU FILHO, 2000, p. 19).

Segundo Ferreira (2020), na necessidade de se entender melhor a política externa por meio de outros fatores sociopolíticos internos que exercem uma influência na tomada de decisões, surgem algumas linhas teóricas que nas suas análises levam em conta fatores psicológico e social como (crenças, atitudes, valores, experiências, emoções); as características nacionais (tamanho, riqueza, regime político e sistema econômico). Neste sentido a análise de Thomas Risse-Kapper (1991) contribui ao sinalizar que:

As estruturas domésticas dos países são formadas por diferentes dimensões: instituições políticas; estrutura da sociedade—podendo essa ser fraca ou forte (formada por uma densa estrutura de organizações representativas de interesses nacionais e econômicos que conduzem a opinião pública) e; redes políticas – que seriam os vínculos entre Estado e Sociedade (KAPPER, 1991, *apud* FERREIRA, 2020 p. 126).

E como tal, dentro da política externa podemos destacar dois tipos de estruturas: uma respondendo às demandas dos atores sociais como é o caso dos EUA onde a política é fortemente influenciada pelos atores organizados incluindo os grupos de lobby que atuam em Washington, e a outra com enfoque nas instituições políticas que mais se assemelha ao caso da China.

De acordo com Montenegro (2019), com o surgimento de novas temáticas dentro da política externa chinesa o número de atores oficiais que influenciam nas tomadas de decisões foi aumentando consideravelmente. E como tal, além do Ministério de Relações Exteriores (Ministry of Foreign Affairs, MFA), as empresas estatais (como as petrolíferas), players do setor privado, bancos públicos, forças armadas, também exercem suas influências, apesar de que o Comitê Permanente do Politburo, Politburo Standing Committee (corpo burocrático mais alto do partido) permanece sendo responsável por grande parte das decisões.

Segundo o pensamento teórico de Risse-Kappen, “quanto mais fortes as instituições estatais e maior o controle das redes de políticas, menor o acesso do público ao processo de formulação de políticas” (RISSE-KAPPEN, 1991, p. 511 *apud* FERREIRA, 2020, p.126). Além disso o Kappen também traz uma grande reflexão sobre o papel da opinião pública no debate de política externa, e chama atenção para a distinção entre a opinião pública de massa, o público atento a temas políticos, e os temas públicos que geram atenção a questões específicas, pois a qualidade da opinião pública reflete muitas vezes a qualidade de informação que é apresentada ao público.

Quando os líderes explicam as realidades internacionais de forma clara e correta, o público geralmente responde com sensibilidade, com base em seus valores subjacentes. Quando a informação é imparcial, vale muito a pena considerar a opinião pública na formulação de políticas (SHAPIRO e PAGE, 1988, p.244 *apud* FERREIRA, 2020, p.127).

No debate sobre o processo de formulação de política externa, cabe também os membros de comunidades epistêmicas que são profissionais com prestígio, reputação e expertise que também se apresentam como atores relevantes em alguns países como nos EUA com os chamados think tanks que pressionam a formulação de políticas, na Rússia com os especialistas congregados na RIAC Russian International Affairs Council, e no Brasil com o “Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)”, que fornecem elementos importantes para a formulação de políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas às relações internacionais (IDEM, 2020, p.128).

Sem dúvida, a globalização e a revolução tecnológica trouxeram consigo uma vasta gama de atores que dialogam e se mobilizam dentro do sistema internacional tornando-o cada vez mais dinâmico. E como tal, Sales (2018) é preciso ao destacar o forte papel que a mídia vem desempenhando nos últimos tempos, pois além de influenciar na política dos Estados, se apresenta como uma ferramenta de disputa pelo poder na medida em que os Estados utilizam desta como estratégia na divulgação de mensagens de interesse governamental “para gerar pautas positivas no campo político perante a opinião pública” (SALES, 2018, p. 3). Segundo Heiermann (2020), os meios de comunicação em massa tem sido um mecanismo utilizado pela China para afirmação do seu *Soft power*, promovendo a boa imagem do país em prol do apoio aos seus interesses, especificamente no continente africano, onde o governo chinês investiu cerca de US\$ 8,7 bilhões na sua estratégia de “publicidade externa”, principalmente no “Big Four”: Televisão Central da China (CCTV), Rádio Internacional da China (CRI), Agência de

Notícias Xinhua e China Daily Journal (SHAMBAUGH, 2010 *apud* HEIERMANN, 2020, p. 7).

Sem dúvida a política externa tem se mostrado um mecanismo fundamental para o posicionamento dos atores no sistema internacional. Este posicionamento por sua vez é impactado por variáveis como regime político, índice de liberdade entre outros. Em países onde prevalece o sistema democrático, grupos organizados no seio doméstico como a mídia, os sindicatos, o empresariado, a opinião pública, os acadêmicos/experts, entre outros, possuem relevância no que tange a formulação de política externa. E como tal, a interação dentro do sistema internacional é caracterizado pela mistura de eventos de cunho estatais e não estatais onde por um lado, ocorre o estreitamento de laço entre os atores criando assim o fenômeno da interdependência, e por outro, a fragilidade das fronteiras dos Estados uma vez que as questões internacionais ultrapassam as fronteiras nacionais, envolvendo fluxos globais de transportes, pessoas, tecnologia e transações de qualquer natureza, não apenas econômica (PECEQUILO, 2017, p.25).

É neste sentido que emerge a ideia da agenda internacional, na necessidade de incluir temas de ordem econômica e sobretudo de caráter social como meio ambiente, saúde, narcotráfico, direitos humanos, que se referem aos bens comuns nas pautas das conferências e encontros internacionais. Temas estes que demandam outro tipo de articulação que não a diplomacia tradicional para solucioná-los. É neste sentido que no tópico seguinte se propôs a analisar a relação da política externa e a diplomacia pública, que tem ganhado cada vez mais protagonismo nas relações entre os Estados como um caminho alternativo a diplomacia tradicional para responder a demandas da política internacional contemporânea que perpassam as fronteiras estatais e que requer a restrição do uso da força militar ou coerção na condução das relações entre os Estados.

3.3 POLÍTICA EXTERNA E A NOVA DIPLOMACIA PÚBLICA

Por muitos anos a política externa foi considerada um assunto de Estado conduzido por profissionais do Ministério de Relações Exteriores, independente das políticas públicas domésticas, tendo em conta a sensibilidade dos temas analisados, sobretudo os acordos e alianças secretos que por sua vez deram origem a I Guerra Mundial. É neste contexto, com o fim da I Guerra Mundial, que “a faceta pública da diplomacia passou a ser conscientemente incorporada nas relações” (JUNIOR, 2017, p.3). Foi a partir do discurso dos Quatorze Pontos que Woodrow Wilson fez perante o congresso estadunidense em 1918, “condenando

abertamente os tratados secretos e a dissimulação na prática diplomática” (IYAMU, 2004 *apud* JÚNIOR, 2017, p.3), que se deu início a uma nova diplomacia aberta a inspeção e controle por parte do público, e juntamente com isso, a necessidade de os países prestarem contas aos públicos domésticos e estrangeiros sobre as suas relações diplomáticas.

Dito isto, na literatura o termo “diplomacia pública”, criado por Edmund Gullion⁴, refere-se:

A influência de atitudes públicas na formação e execução de políticas exteriores. Ela diz respeito: a dimensões das relações internacionais que extrapolam as atividades tradicionais da diplomacia; ao desvelo, pelos governos nacionais, com a opinião pública em outros países; à interação de grupos e interesses individuais entre países diferentes; a notícias de política internacional e o seu impacto nas políticas exteriores dos países; à comunicação entre comunicadores e também entre diplomatas e correspondentes estrangeiros; e aos processos de comunicação intercultural. (CULL, 2009, *apud* JUNIOR, 2017, p. 19).

No período em que foi criado, o termo diplomacia pública estava muito atrelado às atividades de propaganda conduzida pelo governo dos EUA durante a guerra fria por meio de transmissões radiofônicas, com objetivo de expandir o capitalismo e a cultura dos EUA para o leste da Europa que era comunista, almejando influenciar os públicos estrangeiros (STONE, 2003).

De acordo com Júnior (2017), nos tempos atuais ainda persiste uma confusão em torno do conceito da diplomacia pública que vem sendo associado a termos como: propaganda estrangeira, relações públicas internacionais, diplomacia cultural, diplomacia midiática. Deste modo, de acordo com Villanova (2017), é preciso destacar que, o objetivo da diplomacia pública não é atuar imediatamente na política externa, e sim de repercutir nela a longo prazo. Sendo assim, este contato não necessariamente deve estar atrelado a imagem de um ator (o que era comum durante a guerra fria), mas na promoção de uma ideia (como mudanças climáticas) que seja do interesse da política externa deste ator, estabelecendo assim diálogos autênticos, construindo relações por meio do intercâmbio de pessoas, valores, ideias e cultura.

Os avanços tecnológicos e as mudanças geopolíticas do pós-guerra fria trouxeram consigo um novo sistema internacional, onde o Estado detém menos poder sobre a política e a governança. Neste contexto, os atores não estatais foram se tornando cada vez mais relevantes e influentes nos assuntos mundiais, desencadeando assim um debate internacional sobre a

⁴ “Edmund Gullion, reitor da University’s Fletcher School (Estados Unidos) e diplomata de carreira, na ocasião em que se criou o Centro para Diplomacia Pública Edward R. Murrow em 1965” (IYAMU, 2004; FISHER, 1972 *apud* JUNIOR, 2017, p.19)

diplomacia pública que culminou com a criação do termo “nova diplomacia pública” que se diferencia da anterior pelos seguintes aspectos:

(1) os atores internacionais são cada vez menos tradicionais e as ONGs, sobretudo, ganharam destaque; (2) a revolução tecnológica dos meios de comunicação fez da internet o elemento diferencial da comunicação; (3) as novas tecnologias subverteram as definições de fronteira como se conhecia no século XX, e as diferenças entre esferas internas e externas perderam muito significado; (4) se a diplomacia pública associava-se a “prestígio” e “imagem internacional”, a nova diplomacia pública relaciona-se com “*Soft power*” e “branding”; (5) se a diplomacia pública caracterizava-se por um fluxo unidirecional de informações, do ator internacional para o público, a nova diplomacia pública propõe um fluxo bidirecional entre públicos, com o ator internacional no papel de facilitador. (MELISSEN, 2005 *apud* VILLANOVA, 2017, p.52).

De acordo com Villanova (2017), a globalização facilitou a ligação entre as inovações na tecnologia da informação e nos meios de comunicação com a política externa e a diplomacia através da chamada diplomacia midiática, engajando ainda mais a participação da sociedade e do seu público não como mero objeto da política dos governos, mas contribuindo na formulação dessas políticas tanto interna como externamente.

Por muitos anos, a política externa foi considerada um assunto de Estado que deveria ser conduzida por profissionais do Ministério de Relações Exteriores, de forma independente das políticas públicas domésticas, uma vez que os temas abordados eram de cunho sensíveis, incluindo os acordos e alianças secretas. Isto se dava porque as teorias tradicionais da diplomacia reconhecem “que o Estado está no centro das relações internacionais, que as fronteiras territoriais são limitadores absolutos e que as chancelarias detêm o monopólio da comunicação para além das fronteiras” (VILLANOVA, 2017, p.54). Neste contexto, a globalização e o avanço da diplomacia digital trouxeram consigo “novas interpretações teóricas e a possibilidade de se ter a comunicação de um Estado e de sua sociedade com outros Estados e sociedades partilhada entre governos e atores não governamentais e privados” (IDEM, p. 54).

A revolução tecnológica nos meios de comunicação também se configura como componente importante da nova diplomacia pública a medida em que, o desenvolvimento da imprensa e especialmente “as novas mídias redimensionou a relação de poder no jogo da produção e divulgação de informações por meio das mídias sociais” (IDEM, 2017, p. 56), atribuindo assim ao indivíduo a autonomia de receber informação, transmitir, criar e até mesmo dividir opiniões.

Villanova (2017) segue pontuando que, além da globalização e do efeito das tecnologias de comunicação, o atentado de 11 de setembro de 2001 também se caracteriza como um fenômeno geopolítico importante que acendeu ainda mais o debate sobre a uma nova

diplomacia pública, à medida em que a mesma se tornou um mecanismo fundamental para os propósitos da guerra ao terror, na busca pelo “apoio da opinião pública internacional na ofensiva militar e midiática contra os extremistas” (IDEM, p. 59). O autor ainda observa que, o atentado de 11 de setembro não foi o único fenômeno a direcionar os olhos dos Estados para a diplomacia pública. A necessidade de atender as demandas do novo contexto geopolítico, onde temas como terrorismo, mudanças climáticas, direitos humanos e combate a epidemias e doenças passaram a ganhar enfoque na agenda internacional, constituiu um motivador para as chancelarias e outros atores aprimorarem o diálogo com a sociedade, demandando assim dos governos maior dinamismo nas ações multilaterais que abarque as ONGs, as empresas e os demais atores não governamentais em suas alianças.

A tendência dos países de criarem suas marcas no cenário internacional também foi o facilitador da relação entre os atores, que, sobre pressão das forças internas e externas, “recorrem à força de síntese da imagem para se destacar num ambiente repleto de concorrentes, dinâmico e cheio de novos desafios” (IDEM, 2017, p.60). Uma dessas dinâmicas que vem ganhado cada vez mais destaque na política internacional diz respeito ao uso de recursos intangíveis para atender aos fenômenos dos dias atuais como a preservação do meio ambiente, a luta contra o terrorismo, que demandam além do diálogo entre os diferentes atores, a substituição do uso de recursos tangíveis (coerção ou a força militar) pelos intangíveis como a diplomacia pública na condução das suas relações exteriores, conhecido como *soft power* (NYE, 2004).

3.4 A POLÍTICA EXTERNA E A DIPLOMACIA PÚBLICA CHINESA

A partir de 1976 com a morte do Mao Tse-Tung, foi o líder Deng Xiaoping que deu início a uma série de reformas econômicas, visando chegar ao ideal chinês de se tornar o “Império do Meio” que correspondia ao lugar de uma superpotência política, econômica, tecnológica, social e cultural do mundo. E para tal, Deng deu início às chamadas “Quatro Modernizações” que buscavam desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria e ciência e tecnologia, além de promover a Política das Portas Abertas.

As estratégias de Deng Xiaoping estavam assentadas em dois pilares: (1) sistema de responsabilidade domiciliar que consistia em um contrato de renda estabelecido entre o agricultor e o Estado, onde o Estado cedia o terreno ao agricultor que por sua vez pagava com cotas de produção decrescente ao longo do tempo; (2) política de portas abertas que implicou na criação em 1982 das chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) situadas nas regiões

costeiras mais próximas a mercados asiáticos mais pujantes como Hong Kong e Japão (GUERRA, 2009).

Num período de 30 anos a China emergiu como uma das maiores potências econômicas globais. Foi sob a liderança de Deng Xiaoping que “decidiu implementar um conjunto de reformas econômicas e abrir-se ao investimento e comércio externos, que o crescimento real do PIB alcançou uma média anual de dez por cento” (MAH; 2013). Segundo os economistas Fernandes e Leite (2017), o crescimento acelerado da China deve-se a fatores como a incorporação de tecnologia a parcela da produção agrícola, à existência de alto índice de poupança interna, a disponibilidade de mão de obra a custo reduzido e a inserção de altos volumes de investimentos públicos e/ou privados.

O tal crescimento acelerado da China influenciou na redefinição do jogo na arena internacional que antes era caracterizado por uma superpotência, os EUA, e doravante com uma contra potência a China e diversas potências emergentes. De acordo com Villanova (2017), a abertura e as reformas econômicas foram o “principal motivador da virada de página da exposição internacional da China” (VILLANOVA, 2017, p. 94). Tais reformas também “incluíram a abertura da China para intercâmbio internacional e turismo e, em 1983, a chancelaria chinesa a criar o Departamento de informação” (IDEM, p.95), com o objetivo de criar e expandir uma melhor imagem do país. No entanto, o evento da Praça da Paz Celestial em 1989⁵ comprometeu severamente a imagem da China no cenário internacional. Diante deste cenário, de acordo com Villanova (2017, p.95), em 1991 foi criado o “Escritório de Informação do Conselho de Estado (SCIO segundo a sigla em inglês)”, cujo o objetivo era de “promover a China como país estável em processo de reforma, uma China que se preocupa com sua população, inclui minorias e trabalha com afinco para reduzir a pobreza” (HOOGHE, 2007, *apud* VILLANOVA, 2017, p.95). É neste contexto que se percebem as primeiras diligências de institucionalização da diplomacia pública chinesa.

Após o mandato de Deng Xiaoping foi o Jiang Zemin que assumiu o poder em 1996, período este em que a China se encontrava inteiramente fortalecida o que fez com que o seu líder repensasse o lugar e o papel que o país desempenharia dentro da ordem internacional.

⁵ “O Protesto na Praça da Paz Celestial, em 1989, consistiu em uma série de manifestações lideradas por estudantes e ocorridas entre os dias 15 de abril e 4 de junho. Os manifestantes eram oriundos de diferentes grupos e os protestos por melhores condições de vida consistiam em marchas pacíficas nas ruas de Pequim. Em função do agravamento das tensões, em 20 de maio, o governo declarou lei marcial e, na noite de 3 de junho, enviou tanques à praça da Paz Celestial para dissolver protestos. No dia 4 de junho, as manifestações se intensificaram e no dia 5 um jovem solitário invade a Praça da Paz Celestial e faz parar uma fileira de tanques. O fotógrafo Jeff Wildener, da Associated Press, registrou a cena e a imagem ganhou os principais jornais do mundo. O manifestante solitário foi eleito pela revista Time uma das pessoas mais influentes do século XX” (VILLANOVA, 2017, p. 95).

Segundo Carletti (2012), a China deixou de pensar somente para dentro do país e passou a se projetar externamente, aproveitando-se do processo da globalização que avançava com muita rapidez, e envolvendo-se cada vez mais junto as maiores instituições e organizações internacionais como ocorreu em 2001 com o seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, durante o mandato de Deng Xiaoping a política externa chinesa era caracterizada por uma política de baixo perfil sem pretensão de liderar, porém, isto não significava que o Deng não almejava tornar a China uma grande potência, apenas soube definir as suas prioridades e naquele momento a China não pretendia atrair ameaças indesejadas. Ao mesmo tempo em que a China se posicionava internacionalmente se envolvendo cada vez mais com as instituições internacionais, seguia trabalhando para projetar uma imagem positiva do país. Neste sentido, afirma Villanova que Zhao Qizheng⁶

Consciente da imagem negativa que o conceito de propaganda possui no Ocidente, pouco a pouco substituiu a expressão xuan chuan, que significa propaganda externa, consagrada pelo governo revolucionário de Mao e abertamente inspirada na propaganda internacional da União Soviética, pela mais convidativa shuo ming, que quer dizer explicação. (VILLANOVA, 2017, p. 96).

Em novembro de 2002 Jiang Zemin foi transferindo o controle do Partido Comunista chinês (PCC) para a quarta geração de líderes chineses sob a tutela de Hu Jintao, e naquele instante o “debate dentro do partido não era mais sobre se estavam no caminho correto, mas antes sobre o impacto que uma China emergente e dinâmica teria na ordem mundial e na economia global.” (Kissinger, 2011 *apud* GRAVANITA, 2012, p. 30).

Logo no início do seu mandato, em março de 2003, o presidente Hu Jintao cria a sua própria marca de política denominada Ascensão Pacífica, que passou a fazer parte integrante da política externa chinesa juntamente com os cinco princípios da coexistência pacífica lançados por Zhou Enlai pouco depois da formação da República Popular da China, em 1949. Tais princípios consistem em: “(1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos” (CUNHA, 2008, p.9). Segundo Villanova (2017), a teoria do mundo harmonioso se tornou símbolo da política externa chinesa, influenciando assim na sua diplomacia pública. Esta teoria baseava-se no “multilateralismo efetivo com papel relevante para a ONU;

⁶ “Ministro responsável pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado (1985-2005) e um dos principais responsáveis pela formulação da nova estratégia de diplomacia pública e de divulgação da imagem da China” (VILLANOVA, 2017, p. 96).

desenvolvimento de um mecanismo coletivo de segurança; na prosperidade para todos por meio de cooperação mutuamente benéfica; e na tolerância e incremento do diálogo entre civilizações distintas” (IDEM, 2017, p.97).

Entretanto, a ascensão pacífica não foi bem aceita por parte de alguns países vizinhos que a interpretaram como uma ameaça. Como forma de mitigar os seus vizinhos sobre as reais intenções do seu desenvolvimento pacífico, o presidente Hu precisou reajustar a sua política regional substituindo o seu projeto de “Ascensão Pacífica” pelo “Caminho de Desenvolvimento e Ascensão Pacífica da China”, lançado em 2005, que indicava o caminho a ser percorrido pela China no que concerne a sua política externa nas próximas décadas, como pontua Villanova:

Com o conceito da sociedade harmônica, a China busca desmistificar a imagem generalizada de que seu surgimento como grande potência econômica e comercial concorrerá para desestabilizar o cenário internacional, argumentando que, ao contrário, trará mais equilíbrio e desenvolvimento para todos. (VILLANOVA, 2017, p.97).

A quarta geração de líderes chineses decidiu seguir os mesmos passos de Deng no que toca à atuação externa, que permaneceu caracterizada por uma política de baixo perfil sem pretensão de liderar. Todavia, internamente a China seguiu dando maior ênfase à construção de uma imagem externa positiva do país, promovendo assim a sua diplomacia pública. De acordo com Villanova (2017), no cenário do após atentado de 11 de setembro, em 2003, ao mesmo tempo em que a China realizava seminários e vários debates sobre a diplomacia pública, foi criada a Divisão de Diplomacia Pública. Na ocasião, Shen Guofang⁷ caracterizou “a diplomacia pública como um campo muito importante do trabalho diplomático, cujo objetivo básico é promover as trocas e as interações com o público, a fim de guiar e ganhar a compreensão e o apoio do público para a política externa” (IDEM, 2017, p. 97).

Pode-se afirmar que a diplomacia pública vem desempenhando um papel fundamental no reposicionamento internacional da China. Por um lado, ela tem sido usada em prol da promoção da imagem externa da China com intuito de combater a ideologia de uma China ameaçadora, tendo em conta a influência que a mesma passou a ter no cenário econômico e político internacional. Deste modo, Villanova (2017) apresenta algumas metas traçadas pela diplomacia pública chinesa:

(1) a China quer ser vista como um país que se esforça para garantir a seu povo um futuro melhor, e quer fazer o mundo entender o conjunto de políticas que desenvolve

⁷ Shen Guofang “vice-ministro de Relações Exteriores e ex-diretor do Departamento de Informação” (VILLANOVA, 2017, p. 97).

e implementa; (2) a China quer ser vista como um parceiro econômico confiável e estável; (3) a China quer se caracterizar como membro confiável da comunidade internacional, capaz de contribuir para a manutenção da paz mundial e a solução de crises.; (4) a China quer ver reconhecida e valorizada a sua cultura e história milenares. (IDEM, 2017, p. 100)

Por outro lado, a diplomacia pública tem se mostrado uma grande ferramenta que promove o *Soft power* chinês à medida em que busca “promover e divulgar a legitimidade do governo autoritário do Partido Comunista” (VILLANOVA, 2017, p. 99). Entretanto, a questão de direitos humanos, da saúde pública como epidemias e a atual pandemia, a poluição industrial, ainda constituem um desafio a diplomacia pública e ao *Soft power* da China, pois tais fatores maculam a imagem idealizada que a China almeja construir.

Como vimos ao longo deste capítulo durante séculos, o quadro teórico da Análise da Política Externa é complexo e vem passando por transformação ao longo do tempo, tendo em conta a dificuldade em designar um quadro teórico abrangente que permita efetuar um estudo de APE capaz de incluir os múltiplos acontecimentos existentes hoje. Neste contexto ao longo do processo de criação e consolidação do campo de estudo da APE os trabalhos de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (1954) *Foreign Policy Decision-Making*, de Harold e Margaret Sprout (1956) *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of 15 International Politics* e de James Rosenau (1966): *With Special Reference to International Politics*; e *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*, contribuíram de forma significativa para a compreensão da política internacional. Entretanto, viu-se que apesar do sucesso de seus trabalhos Freire (2011) aponta que a conjuntura do período pós-guerra fria trouxe novos desafios e com ele o reconhecimento de que as teorias tradicionais dominantes não davam conta de explicar a complexidade da política contemporânea. Período este onde temas como: educação, segurança, meio ambiente, economia, terrorismo entre outros, passaram a dominar as agendas da política externa dos estados demandando assim o envolvimento de diferentes atores como a opinião pública, as empresas transnacionais e multinacionais, a mídia, os grupos de pressão, as ONGs entre outros, no processo de formulação e tomada de decisão de política externa, frutos da globalização e da revolução tecnológica que trouxeram consigo uma vasta gama de atores que dialogam e se mobilizam dentro do sistema internacional tornando-o cada vez mais dinâmico. Diante deste cenário, houve a necessidade da criação da agenda internacional como forma de atender as demandas de caráter não somente econômico, mas sobretudo de caráter social (meio ambiente, saúde, narcotráfico, direitos humanos), que se referem aos bens comuns nas pautas das conferências e encontros internacionais, que demandam outro tipo de articulação que não a diplomacia tradicional para solucioná-los. Neste

sentido, surge na literatura um aceso debate sobre o conceito da diplomacia pública criada por Edmund Gullion, que diz respeito “a influência de atitudes públicas na formação e execução de políticas exteriores e as dimensões das relações internacionais que extrapolam as atividades tradicionais da diplomacia” (CULL, 2009 *apud* JUNIOR, 2017, p. 4). No entanto, o período em que a mesma foi criada era marcado pela disputa bipolar entre os EUA e a URSS, e neste contexto o termo estava muito ligado as atividades de propaganda do governo estadunidense para impedir o avanço socialista no leste europeu. Entretanto, Villanova (2017) destaca que diferente do cenário da guerra fria o objetivo da diplomacia pública contemporânea não é de atuar imediatamente na política externa, e sim repercutir nela a longo prazo, estabelecendo assim diálogos autênticos, construindo relações por meio do intercâmbio de pessoas, valores, ideias e cultura. E como tal, vimos que desde a sua criação até os dias atuais, fenômenos geopolíticos como a globalização, impacto do desenvolvimento tecnológico, o atentado de 11 de setembro de 2001, foram fundamentais não somente para acender ainda mais o debate internacional sobre a diplomacia pública como também para a evolução da forma como a mesma atua nos dias de hoje. Fenômenos estes que fizeram emergir dentro da política internacional temáticas como a preservação do meio ambiente, a luta contra o terrorismo, que demandam o diálogo entre os Estados com os atores não estatais influentes, e que requerem uma sutileza na maneira como são conduzidas estas relações e suas parcerias na resolução destes problemas, conhecidos como recursos intangíveis que Joseph Ney vai chamar de *Soft power*. E para uma potência como a China a diplomacia pública vem desempenhando dois papéis fundamentais. Por um lado, ela atua em prol do seu reposicionamento no cenário internacional, à medida que ela tem sido usada para a promoção de uma imagem positiva da China para combater as teorias de ameaça do seu crescimento; e por outro tem se mostrado um grande recurso de promoção do *Soft power* chinês, de maneira em que ela busca “promover e divulgar a legitimidade do governo autoritário do Partido Comunista” (VILLANOVA, 2017, p. 99).

4 CAPÍTULO III: A OPERACIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA CHINESA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Este capítulo propôs analisar o *Soft power* chinês a partir do método análise do discurso. No primeiro momento fizemos uma breve contextualização daquilo que é o discurso partindo da visão do Foucault que foi um pioneiro na construção da análise do discurso enquanto método de pesquisa. No segundo momento fizemos uma explanação de como este método foi trabalhado nesta pesquisa, para finalmente chegar à análise dos discursos oficiais proferidos pelo ex-presidente Hu Jintao e pelo presidente Xi Jinping, referentes a operacionalização do *Soft power* chinês por meio da sua política externa.

4.1 A ANÁLISE DO DISCURSO ENQUANTO INSTRUMENTAL METODOLÓGICO

No que diz respeito a metodologia utilizada para a elaboração desta monografia vale ressaltar, desde já, que se trata da abordagem qualitativa que é um método que privilegia a “análise de micro processos através de estudo de ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento de análise” (MARTINS, 2004).

A partir deste método fizemos a coleta de fontes referenciais e levantamento de dados bibliográficos, documentos oficiais, e não só. A pesquisa e recolhimento de informações estão assentados nos dados recolhidos nos sites, revistas, livros, jornais e ainda em diversos artigos, monografias e dissertações publicados, que foram cruciais para construção de uma narrativa em torno do *Soft power* e a maneira como se encontra entrelaçado com a política externa chinesa. Além da análise bibliográfica, esta pesquisa conta com a análise empírica cujo o diferencial está na utilização da análise dos discursos oficiais dos presidentes da China Hu Jintao e Xi Jinping no período entre 2005 a 2020, disponíveis no site do Laboratório Digital das Nações Unidas, examinando a posição dos governos e quais áreas tiveram maior ou menor destaques no que concerne ao *Soft power* dentro da política externa chinesa. Tendo em conta que o discurso é, segundo Costa da Silva *et al.* (2015, p. 3), “moldado pelos processos da prática social, é possível utilizá-lo como instrumento de análise da ação dos atores incumbidos da prática política (chefes de Estado e de governo), verificando os interesses e as ideias dos atores”, que nos ajudaram a destacar as peculiaridades presente nos discursos oficiais a favor da interpretação e compreensão do *Soft power* dentro da política externa chinesa, e que serviu de auxílio na fundamentação desta pesquisa por meio do material empírico qualitativo. Desta feita,

a análise busca desvendar os desígnios e as diretrizes políticas e suas possíveis relações na conjuntura do período analisado, partindo da estrutura dos textos para interpretá-los (COSTA DA SILVA, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2015).

Antes de adentrarmos na análise do discurso em si, faz-se necessário uma breve análise do que é o discurso, qual a sua função, e os benefícios entorno do mesmo, para assim entendermos quais as bases deste método a partir de sua singularidade, e como o mesmo se encaixa nesta pesquisa.

De acordo com Foucault, “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada, redistribuída, visa a dominar uma materialidade e conspirar poderes e perigos” (FOUCAULT, 1996, *apud* DANTAS *et al.* 2015, p. 165). No seu livro *A Arqueologia do Saber* Foucault propõe construir “além de uma teoria, um método didático que objetiva compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (IDEM, 2015, p. 165). Ainda de acordo com Dantas *et al.* (2015), em seus escritos, Foucault destaca dois fatores que são instrumentos fundamentais para o bom desenvolvimento da análise do discurso que são o tempo e o espaço. Sendo assim, “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (Foucault, 1996, *apud* DANTAS *et al.* 2015, p. 166).

Dito isto, entende-se por análise do discurso “o processo de abandono da concepção de discurso como categoria pré-estabelecida, constituindo-se em uma teoria ou método de estudo do próprio discurso por intermédio de vários campos disciplinares, como a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise” (GONDIM e FISCHER, 2009, *apud* DANTAS *et al.* 2015, p. 167).

Vale pontuar que a análise do discurso tem sua origem na França na década de 1960, “tendo como base o materialismo histórico, o estruturalismo e a linguística, mas carrega como especificidade o fato de valorizar a relação entre as condições histórico-sociais de produção de discursos e seus processos de constituição, que levam a produção de determinados sentidos” (DANTAS *et al.*, 2015, p. 167). Portanto, como aponta Dantas *et al.* (2015, p.167):

[...] existem duas raízes de análise de discurso e com elas diferentes tendências, sendo uma francesa, a qual delibera que os sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que podem ou não dizer em certa conjuntura histórico-social, e a outra denominada de análise de discurso anglo-saxã ou americana, que se pauta na intenção dos sujeitos numa interação verbal. (MUSSALIM, 2006, *apud* DANTAS *et al.*, 2015, p. 167).

No campo de estudo das Relações Internacionais a análise de discurso passou a ser inserida com as abordagens pós-positivistas, de acordo com Gomes (2011) *apud* Dantas *et al.*

(2015, p.169), “pela figura de Foucault e Pêcheux e com base nos seguintes pensamentos: a língua possui uma ordem própria, mas é relativamente autônoma, a história é afetada pelo simbólico e o sujeito da linguagem é assujeitado”.

Como já acima frisado, a análise empírica desta pesquisa se encontra fundamentada na análise dos discursos proferidos durante o governo de Hu Jintao e de Xi Jinping, extraídos no site do laboratório digital da ONU⁸. A partir deste site, foi feita uma triagem na busca dos discursos em que houvesse a menção ao termo “*Soft power*”, que resultou no total de 9 discursos. Através da leitura destes discursos, foram constatados trechos que continham uma sentença específica sobre a temática de *Soft power* e, em seguida, foi feita uma análise categorial deste conteúdo destacando quais foram os tópicos dentro daquilo que é a definição do conceito do *Soft power*, mencionados por Hu Jintao e Xi Jinping. A escolha de tais trechos levou em conta os parágrafos onde se encontravam citações aos tópicos relacionados ao *Soft power* como parte do material a ser analisado. E tais citações vão além da presença do termo “*Soft power*”, tendo considerado também outros termos-chave, como por exemplo, a cultura, e outros termos relacionados ao *Soft power*, “que serviram de base para a criação das categorias e subcategorias⁹, cujas presenças são consideradas como representando a visão de quem discursa mediante o tema abordado” (COSTA DA SILVA, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2015, p. 12). É importante ressaltar que o conceito de *Soft power* chinês vai além daquele criado por Nye.

De acordo com Stuenkel (2019), o *Soft power* é um conceito pouco definido, e como tal cada país pode defini-lo um pouco ao seu gosto podendo assim caber nela as suas próprias necessidades. Stuenkel (2019) ainda afirma que a fonte do *Soft power* chinês está ligada à sua capacidade de se desenvolver economicamente, de diminuir sua taxa de pobreza, de ajudar outros países com grandes projetos em infraestrutura, participando como grande investidor e parceiro comercial. Desta feita, para esta pesquisa o *Soft power* chinês será entendido como todo tipo de ferramentas não coercitivas mobilizadas pelo Estado chinês para servir aos interesses da china, incluindo aspectos de ajuda, bem como a dimensão econômica quando esta é controlada pelo Estado chinês.

⁸ Laboratório Digital da ONU onde foram extraídos alguns discursos. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/searchln=en&cc=Speeches&p=Xi+Jinping&f=&action_search=Search&rm=&ln=en&sf=&so=d&rg=50&c=Speeches&c=&of=hb&fti=0&fti=0, acesso em 11 de janeiro de 2022.⁹ Alguns tópicos foram incorporados como subcategorias devido à direta relação com a categoria principal.

⁹ Alguns tópicos foram incorporados como subcategorias devido à direta relação com a categoria principal.

Tabela 1 - Definição, Categorias e Subcategorias

Categorias e Subcategorias	Definição	O autor do pronunciamento
Cultura	Afirmações relacionadas a defesa do multiculturalismo através do fortalecimento dos intercâmbios culturais entre as civilizações.	Hu Jintao Xi Jinping
Educação	Afirmações concernentes ao fortalecimento das relações sino-África na área da educação por meio do Fórum de cooperação china África.	Hu Jintao Xi Jinping
Assistência Internacional	Menção a expansão da cooperação Sul-Sul, e defesa da aplicação da agenda da ONU para o desenvolvimento; menções a assistência as instituições internacionais como a ONU, a União Africana (UA) por meio das relações multilaterais.	Xi Jinping Hu Jintao
Infraestrutura	Menção a investimentos em infraestrutura através dos BRICS e do banco asiático de investimento em infraestrutura.	Xi Jinping
O Caminho do Desenvolvimento Pacífico	Afirmações em defesa da cooperação internacional com benefícios mútuos, e do desenvolvimento pacífico.	Hu Jintao Xi Jinping
Saúde	Menção a agenda internacional de proteção a saúde pública por meio das relações bilaterais e multilaterais.	Xi Jinping
Meio Ambiente	Afirmações referentes a agenda ambiental através dos fóruns multilaterais.	Hu Jintao Xi Jinping

Fonte: elaboração própria.

Foi então realizada a análise categorial do conteúdo extraído nos discursos, identificando a aparição de tais categorias dentro dos discursos oficiais dos governos acima referidos, o que possibilitou a produção do material gráfico que demonstra tais elementos categoriais, produzindo o material empírico para a produção analítica e qualitativa da operacionalização do *Soft power* chinês.

4.2 A POLÍTICA EXTERNA COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DO *SOFT POWER* DA CHINA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

O termo *Soft power* (软实力, ruan shili) aparece pela primeira vez em um discurso oficial do ex-presidente Hu Jintao em outubro de 2007. No seu discurso Hu Jintao afirma que a cultura deve ser fortalecida e fazer parte do poder da China e do interesse do povo¹⁰ (BÉNAZÉRAF, 2014, p.10, Nossa Tradução). Porém, em 2005 já se podia sentir o interesse da China em expandir a sua cultura, quando o ex-presidente Hu Jintao durante a sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2005, faz o seguinte pronunciamento:

precisamos nos esforçar para preservar a diversidade das civilizações com o espírito de igualdade e abertura, intensificar o diálogo e os intercâmbios entre civilizações, e unir os esforços para construir um mundo harmônico em que todas as civilizações coexistam e convivam¹¹ (ONU, 2005, p. 21, nossa tradução).

Discurso deste cunho podemos encontrar novamente mais tarde com o presidente Xi Jinping, que durante uma sessão plenária da ONU, em setembro de 2015, também se posiciona em defesa do intercâmbio entre as civilizações para promover a harmonia, ao afirmar que:

devemos aumentar os intercâmbios entre as civilizações a fim de promover a harmonia, a inclusão e o respeito pelas diferenças. O mundo é simplesmente mais rico pela sua diversidade cultural. A diversidade dá lugar aos intercâmbios, os intercâmbios geram integração e a integração permite alcançar o progresso¹² (ONU, 2015, p. 21, nossa tradução).

Na tentativa de expandir a cultura chinesa por meio de intercâmbios culturais, foi fundado em 2004 o Instituto Confúcio (IC), que, segundo QIAO Jianzhen¹³ (2020), é uma organização sem fins lucrativos vinculada ao Ministério da Educação da República Popular da China (RPC), que opera em cooperação com as universidades e faculdades em todo mundo, que tem como objetivo além de promover a língua e a cultura chinesa apoiando no ensino do

¹⁰ Texto Original: “la culture doit être renforcée et faire partie du pouvoir de la Chine, dans l’intérêt du peuple”.

¹¹ Texto Original: Hay que esforzarse por preservar la diversidad de las civilizaciones con un espíritu de igualdad y apertura, intensificar el diálogo y los intercambios entre civilizaciones, y aunar esfuerzos para construir un mundo armónico en el que todas las civilizaciones coexistan y convivan. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/searchln=en&cc=Speeches&p=Hu+Jintao&f=&action_search=Search&rm=&ln=en&sf=&so=d&rg=50&c=Speeches&c=&of=hb&fti=0&fti=0, acesso em 11 de janeiro de 2022.

¹² Texto Original: Debemos aumentar los intercambios entre las civilizaciones a fin de promover la armonía, la inclusión y el respeto por las diferencias. El mundo es sencillamente más rico por su diversidad cultural. La diversidad da lugar a intercambios, los intercambios generan integración y la integración permite lograr progresos. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/812580?ln=en>, acesso em 11 de janeiro de 2022.

¹³ QIAO Jianzhen- Diretora Chinesa do Confucius Classroom UFF/ Universidade Normal de HEBEI.

mandarim, servir de facilitador do intercâmbio cultural, educacional, econômico e comercial entre a China e o resto do mundo por meio dos institutos confúcius associados. O primeiro instituto confúcio foi inaugurado em novembro de 2004 em Seul, capital da Coreia do Sul. Em 2014 havia mais de 480 institutos confúcius espalhados pelos cinco continentes, em países como Japão, EUA, Coreia do Sul, Uzbequistão. Em países de língua portuguesa os ICs estão distribuídos nos quatro continentes: Europa, África, América e Ásia, como por exemplo, o IC na Universidade do Minho em Portugal, o IC de Medicina Tradicional Chinesa na Universidade Federal de Goiás no Brasil, o IC na Escola de Negócios do Timor-Leste, o IC na Universidade de Agostinho Neto em Angola, entre outros.

De acordo com QIAO Jianzhen (2020), os institutos confúcius estabelecidos nos países lusófonos são diversos e possuem cursos em mandarim desde a escola primária até o mestrado, e as atividades realizadas por estes institutos vão aumentando as chances de intercâmbio entre a china e esses países.

Além do instituto Confúcio, temos também o Centro Cultural China-Brasil Yuan Aiping (CCCB), que foi fundado em fevereiro de 2004 pela professora Yuran Aiping situado no Rio de Janeiro Brasil, e possui outras filiais em Pequim e Xangai. O CCCB tem como objetivo difundir a cultura chinesa e brasileira, acelerar o intercâmbio cultural e tecnológico e servir de incentivo para o relacionamento comercial entre os dois países. Este centro funciona com aulas em mandarim para brasileiros e aulas em português do Brasil para os chineses, além de vendas de material didático (livros e dicionários); intermediação comercial entre as empresas chinesas e brasileiras; assessoria empresarial na área de exportação e importação; serviços de intérprete e tradução¹⁴.

Podemos observar que tanto os institutos confúcius quanto o centro cultural China-Brasil possuem os mesmos objetivos de expandir a língua e a cultura da China por meio dos cursos de mandarim e intercâmbios culturais, e facilitando as relações comerciais entre a China e os países onde se encontram instalados, se tornando assim uma grande fonte do *Soft power* chinês, atuando por meio da diplomacia pública através destas organizações.

Tendo em conta a rapidez com que os institutos confúcius foram se espalhando pelo mundo, fez com que o ex-presidente Hu Jintao insistisse na necessidade de reformar as instituições culturais para fortalecer o *Soft power* chinês. E como tal, em outubro de 2010 o Comitê Central do PCC aprovou o plano quinquenal 2011-2015, constando nos capítulos 43 e 44 a promoção e exportação de produtos culturais e iniciativas de mídias chinesas no exterior

¹⁴ Informações extraídas no site oficial do CCCB. Disponível em: <https://www.chinabrasil.com/intercambio/>, acesso em 12 de janeiro de 2022.

para reforçar a competitividade internacional e o poder da influência cultural chinesa e aumentar o *Soft power* do país¹⁵ (nossa tradução).

Assim como o ensino do mandarim e de cursos em diversas áreas na língua chinesa, o instituto confúcio tem sido uma ponte de diálogo entre a China e os países parceiros, que por meio dele e de outras organizações - como por exemplo o Fórum de Cooperação China-África -, vem promovendo cooperação na área da educação oferecendo bolsas de estudos na China para os países parceiros. Em seu discurso durante a sessão plenária da ONU em setembro de 2005, Hu Jintao afirma que: “a China capacitará 30.000 pessoas de diversas profissões dos países em desenvolvimento nos próximos três anos, o que ajudará esses países a acelerar o desenvolvimento de seus recursos humanos”¹⁶ (ONU, 2005, p. 25, nossa tradução).

A cooperação na área da educação tem sido defendida tanto pelo ex-presidente Hu Jintao como pelo presidente Xi Jinping, e tem se mostrado um grande instrumento do *Soft power* chinês à medida em que os alunos, ao retornarem ao seu país de origem após a finalização do curso, levarão consigo o conhecimento da língua e da cultura chinesa e poderão apoiar no estreitamento de laços entre a China e seus respectivos países.

Uma vez estreitado os laços, a China possui facilidades para propor cooperações em outras áreas, como por exemplo na infraestrutura. Com um discurso de cooperação com benefícios mútuos e de assistência aos países em desenvolvimento, a China vem criando um ambiente cada vez mais estável para expandir os seus interesses. Este discurso parte com Hu Jintao em 2005 quando ele afirma, durante a assembleia da ONU, que “nos próximos três anos a China proporcionará até 10.000 milhões de dólares de empréstimos em condições favoráveis aos países em desenvolvimento, para melhorar suas infraestruturas e promover a cooperação entre as empresas de ambos os lados”¹⁷ (ONU, 2005, p. 24, nossa tradução).

Este tipo de discurso também foi reforçado pelo presidente Xi Jinping, em setembro de 2015, quando ele fez menção ao projeto “Um Cinturão e Uma Rota (One Belt One Road)”, e a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Xi afirmou o seguinte:

¹⁵ Texto Original: « 增强中华文化国际竞争力和影响力·提升国家软实力 » (zengqiang zhonghua wenhua guoji jingzheng li he yingxiang li, tisheng guojia ruan shili): 12º Plano Quinquenal (2011-2015), disponível em: esboço do 12º plano quinquenal para o desenvolvimento econômico e social nacional da china (texto completo) _news_center_sina.com, acesso em 11 de janeiro de 2022.

¹⁶ Texto Original: China capacitará a 30.000 personas de diversas profesiones de países en desarrollo en los próximos tres años, con lo que ayudará a esos países a acelerar el desarrollo de sus recursos human. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/557816?ln=en>, acesso em 12 de janeiro de 2022.

¹⁷ Texto Original: en los próximos tres años, China proporcionará hasta 10.000 millones de dólares enpréstamos en condiciones favorables a los países en desarrollo, para mejorar su infraestructura y promover la cooperación entre las empresas en ambos lados. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/557816?ln=en>.

a china está disposta a trabalhar com os países para avançar na aplicação da iniciativa Um Cinturão Uma Rota a fim de conseguir o arranque imediato do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, e contribuir para o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população dos países em desenvolvimento¹⁸ (ONU, 2015, p. 14, nossa tradução).

E como tal, o projeto Um Cinturão Uma Rota é uma iniciativa chinesa envolvendo a construção de redes de infraestruturas como rodovias, ferrovias, oleodutos, gasodutos, e sistemas de telecomunicação e portos. Este projeto foi planejado em duas etapas: 1) um cinturão terrestre que abarca países fronteiriços com a China, 2) uma rota marítima que conecta os portos chineses com a costa africana, o canal de Suez e o mediterrâneo, conhecido como o “colar de pérolas” que consiste na criação de “uma linha costeira artificial, formada por pontos de suporte militar e diplomático ao longo das principais rotas de navios de Myanmar ao Estreito de Hormuz” (DUARTE, 2012, p. 509). Este projeto, de acordo com Stuenkel (2019), se configura como uma fonte fundamental do *Soft power* chinês, à medida em que permitirá a China ter o controle e monitorar o Oceano Índico aumentando a sua influência naquelas regiões, e facilitará o acesso diversificado aos recursos naturais. O sul do mar da China é uma região extremamente estratégica para os interesses de Pequim por causa da existência de, conforme afirma Duarte (2012, p. 508), “recursos de gás, petróleo e pesqueiros (que é frequentemente a justificativa oficial de Beijing para a marinha chinesa atravessar essa região), mas também em decorrência de sua localização estratégica”. Pois, “além de controlar as linhas marítimas ligando o Extremo Oriente a outros lugares do planeta, esses territórios também são uma boa localização para alojar radares de orientação técnica e para monitorar navios que cruzam o Mar da China” (FRANCO, 2007, *apud* DUARTE, 2012, p. 508). O projeto colar de pérolas além de ajudar a potencializar o *Soft power* chinês, busca “prevenir a pirataria marítima em tempos de guerra” (CHEN, 2011 *apud* DUARTE, 2012, p. 509).

Para atender as demandas de tais projetos foi criado em 2015 por iniciativa da China, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank, AIIB), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável na Ásia, sobretudo, os investimentos na infraestrutura. A infraestrutura permite “criar postos de trabalho, diminuir os custos de produção, melhorar a conexão dos mercados, e garantir a confiabilidade

¹⁸ Texto Original: China está dispuesta a trabajar con otras partes para avanzar en la aplicación de la Iniciativa de Un Cinturón y Una Ruta a fin de lograr la pronta puesta en funcionamiento del Banco Asiático de Inversión en Infraestructura y el nuevo banco de desarrollo BRICS, y contribuir al crecimiento económico y el bienestar de la población de los países en desarrollo. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/812249?ln=en>, acesso em janeiro de 2022.

de abastecimento de energia e água, contribuindo assim para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável”¹⁹.

Estes destaques das fontes do *Soft power* chinês se encontram vinculados à noção do “desenvolvimento pacífico” (和平 发展, heping fazhan), assentado na ideia de que o desenvolvimento chinês não constitui uma ameaça para o mundo, pelo contrário contribuirá na manutenção da ordem internacional e no desenvolvimento de outros países. Como já vimos, o processo de abertura econômica iniciada por Deng Xiaoping em 1978, foi o grande impulsionador do crescimento econômico da China tornando-a a segunda maior economia do mundo, o que fez com que a China parasse de pensar somente para dentro do país e passasse a se projetar internacionalmente. Entretanto, o crescimento acelerado da China gerou um sentimento de ameaça por parte dos países vizinhos. Como forma de mitigar os seus vizinhos sobre as reais intenções do seu desenvolvimento Hu Jintao criou a expressão “O Caminho de Desenvolvimento e Ascensão Pacífica da China”, lançado em 2005, que indicava o caminho a ser percorrido pela China no que concerne a sua política externa nas próximas décadas. A ascensão pacífica acompanhada dos cinco princípios da coexistência pacífica lançados por Zhou Enlai pouco depois da formação da República Popular da China em 1949, se tornaram parte integrante da política externa chinesa até os dias atuais. Em seu discurso durante a assembleia da ONU, em 2005, Hu Jintao afirmou o seguinte:

desejo reiterar aqui que a China continuará levantando as bandeiras da paz, do desenvolvimento e da cooperação, e seguirá sem hesitação o caminho do desenvolvimento pacífico. Como sempre integraremos o nosso desenvolvimento ao progresso comum da humanidade. O desenvolvimento da china em vez de prejudicar ou ameaçar alguém, só pode contribuir com a paz, a estabilidade e a prosperidade comum no mundo²⁰ (ONU, 2005, p. 21, nossa tradução).

Este discurso foi mais uma vez reforçado pelo presidente Xi Jinping em setembro de 2020, quando afirmou que a China é o maior país em desenvolvimento do mundo, e apoiadora do desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e comum. O que demonstra uma continuidade naquilo que é o pilar da política externa chinesa.

¹⁹ Informação extraída do site: <https://www.eda.admin.ch/deza/es/home/partenariados-mandatos/organismos-multilaterales-instituciones-financieras-internacionales/aiib.html>, acesso em janeiro de 2022.

²⁰ Texto Original: Deseo reiterar aquí que China continuará elevando las banderas de la paz, el desarrollo y la cooperación, y seguirá sin vacilaciones el camino del desarrollo pacífico. Como siempre, integraremos nuestro desarrollo al progreso común de la humanidad. El desarrollo de China, en lugar de perjudicar o amenazar a alguien, sólo puede contribuir a la paz, la estabilidad y la prosperidad común en el mundo. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/558493?ln=en>, acesso em 13 de janeiro de 2022.

O discurso da ascensão pacífica ou o desenvolvimento pacífico e do mundo harmonioso se tornaram marco da política externa a influenciar na diplomacia pública da China. Por meio deles a China vem criando uma nova imagem internacional assentada no caráter pacífico de suas ações principalmente após o incidente na Praça de Tiannamen em 1989, quando o Exército Popular de Libertação reprimiu a manifestação liderada por estudantes, causando morte de muitas pessoas e, conseqüentemente, maculando a imagem do país.

Além do incidente na Praça de Tiannamen, a questão, da poluição industrial e da saúde pública como as epidemias e a atual pandemia, ainda constituem um desafio a diplomacia pública e ao *Soft power* da China, pois tais fatores maculam a imagem idealizada que a China almeja construir. Todavia, a China tem debruçado esforços no sentido de melhorar a sua imagem perante a comunidade internacional. No que diz respeito à poluição industrial podemos observar discursos tanto por parte do ex-presidente Hu Jintao como do presidente Xi Jinping em defesa do meio ambiente, do protocolo de Kyoto e a convenção da ONU para o clima, e principalmente da diminuição do dióxido de carbono, da revolução verde e do desenvolvimento sustentável, sendo este último o foco da agenda da ONU de 2030.

Em seu discurso em setembro de 2015 Xi Jinping afirmou o seguinte:

devemos construir um ecossistema em que se priorize a mãe natureza e o desenvolvimento ecológico. A humanidade pode utilizar a natureza e inclusive transformá-la, mas depois de tudo, nós fazemos parte dela. Devemos proteger a natureza e não nos colocarmos acima dela. Devemos conciliar o desenvolvimento industrial com a natureza e tratar de alcançar a harmonia entre o ser humano e a natureza para conseguir o desenvolvimento sustentável do mundo e o desenvolvimento total da humanidade. A criação de uma ecologia sólida é vital para o futuro da humanidade. Todos os membros da comunidade internacional devem trabalhar em conjunto para um meio ambiente ecológico mundial que seja sólido. Devemos respeitar a natureza seguir sua modalidade e protegê-la. Devemos tratar de conseguir um desenvolvimento sustentável que não seja contaminante circular e com baixa emissão de carbono²¹ (ONU, 2015, p. 22, nossa tradução).

E seguiu afirmando que:

A China assumirá sua parte de responsabilidade e seguirá

²¹ Texto Original: Debemos construir un ecosistema en el que se conceda prioridad a la Madre Naturaleza y al desarrollo ecológico. La humanidad puede utilizar la naturaleza e incluso transformarla pero, después de todo, nosotros formamos parte de ella. Debemos proteger la naturaleza y no colocarnos por encima de ella. Debemos conciliar el desarrollo industrial con la naturaleza y tratar de lograr la armonía entre el ser humano y la naturaleza para conseguir el desarrollo sostenible del mundo y el desarrollo total de la humanidad. La creación de una ecología sólida es vital para el futuro de la humanidad. Todos los miembros de la comunidad internacional deben trabajar de consuno a fin de construir un medio ambiente ecológico mundial que sea sólido. Debemos respetar la naturaleza, seguir sus modalidades y protegerla. Debemos tratar de conseguir un desarrollo sostenible que sea no contaminante, circular y con bajas emisiones de dióxido de carbono. Disponible em: <https://digitallibrary.un.org/record/812580?ln=en>, acesso em 13 de janeiro de 2022.

desempenhando o papel que lhe corresponde nesta empresa comum. Também convocamos os países desenvolvidos a assumir sua responsabilidade histórica, cumprir seus compromissos no que diz respeito a redução da emissão e ajudar os países em desenvolvimento a mitigar as consequências das alterações climáticas e adaptar-se a ela²² (IDEM, 2015, p. 22, nossa tradução).

Iniciativas chinesas no sentido de melhorar a sua imagem no que concerne as questões ambientais podemos observá-las além dos discursos favoráveis a proteção ambiental e diminuição da emissão do carbono, nos projetos do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS que financiam projetos voltados ao desenvolvimento econômico sustentável.

No que diz respeito a saúde pública, especificamente a pandemia do coronavírus, a China não tem poupado esforços para mitigar a teoria de que o vírus surgiu em seu território disseminada pelo ocidente, como por exemplo, as afirmações de Donald Trump, ex presidente dos Estados Unidos, sobre o coronavírus como um “vírus chinês” (OLIVEIRA *et al.* 2020). E para tal, o governo chinês tem se manifestado em defesa da Organização Mundial da Saúde (OMS), do multilateralismo como meio de ação na contenção do vírus; da vacinação; prestado assistência aos países necessitados; e se colocado a disposição para compartilhar suas práticas na luta pela contenção do coronavírus. Em seu discurso em setembro de 2020 o presidente Xi Jinping afirmou o seguinte:

a 75 anos, a china contribuiu de maneira histórica para ganhar a guerra mundial antifascista e apoiou a fundação das Nações Unidas. Hoje com o mesmo sentido de responsabilidade, a China participa ativamente na luta internacional contra a COVID-19, dando sua contribuição para garantir a segurança da saúde pública mundial. Daqui em diante continuaremos compartilhando com os outros países as nossas práticas na matéria de controle epidemiológico, diagnósticos e terapias, prestando apoio e assistência aos países que necessitam²³...(ONU, 2020, p. 28, nossa tradução).

E se prontificou a: oferecer 50 milhões de dólares ao Plano Mundial das Nações Unidas de Resposta Humanitária ao Covid-19²⁴ (IDEM, 2020, nossa tradução). Por meio de um esforço

²² Texto original: China asumirá su parte de responsabilidad y seguirá desempeñando el papel que le corresponde en esta empresa común. También instamos a los países desarrollados a asumir su responsabilidad histórica, cumplir sus compromisos en lo que respecta a la reducción de las emisiones y a ayudar a los países en desarrollo a mitigar las consecuencias del cambio climático y adaptarse a este.

²³ Texto Original: Hace 75 años, China contribuyó de manera histórica a ganar la Guerra Mundial Antifascista y apoyó la fundación de las Naciones Unidas. Hoy, con el mismo sentido de responsabilidad, China participa activamente en la lucha internacional contra la COVID-19, aportando su contribución para garantizar la seguridad de la salud pública mundial. En lo sucesivo, seguiremos compartiendo con otros países nuestras prácticas en materia de control epidemiológico, diagnósticos y terapias, prestando apoyo y asistencia a los países que los necesiten. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3893217?ln=en>, acesso em janeiro de 2022.

²⁴ Texto Original: China aportará otros 50 millones de dólares al Plan Mundial de las Naciones Unidas de Respuesta Humanitaria a la COVID-19.

político-diplomático a China a passou a contribuir internacionalmente para o alívio das consequências da pandemia, concedendo equipamentos médicos, máscaras, medicamentos, entre outros artigos importantes para o combate à doença, o que alguns analistas nomearam de “diplomacia do coronavírus” (LI e MUSIITWA, 2020 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2020). E como tal de acordo com Oliveira *et al.* (2020), entre março e abril de 2020, a China exportou cerca de 7,12 bilhões de máscaras e 20.100 unidades de ventiladores (equipamento essencial no combate ao vírus nas fases mais graves da doença), um dos inúmeros esforços que a China vem fazendo para apoiar os países necessitados na luta contra o coronavírus. Tais iniciativas vêm trabalhando a favor do aumento do *Soft power* chinês, e conseqüentemente, de sua legitimidade internacional. A China é uma potência emergente (como ela mesma se identifica), que ao se colocar em defesa dos interesses dos países em desenvolvimento por meio da organização dos BRICS, dos países do Sul global por meio da cooperação Sul-Sul, e dos países africanos através do Fórum de Cooperação China-África; ao se posicionar a favor da reforma do Conselho de Segurança da ONU para aumentar a representação dos países em desenvolvimento em especial os países africanos; em defesa do multilateralismo e das instituições internacionais assentadas em regras, tem se mostrado uma grande provedora de bens público mundial. Tudo isso se dá por meio da teoria do desenvolvimento pacífico que permitiu a China criar um ambiente internacional estável para promover suas relações tanto a nível bilateral como multilateral, conquistando cada vez mais a confiança dos seus parceiros e, conseqüentemente, exercendo uma maior influência no cenário internacional e aumentando o seu *Soft power*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou abordar a projeção internacional de um ator por meio de seus valores políticos e de sua diplomacia, partindo da análise da política externa. O trabalho foi planejado em três capítulos independentes, mas que se relacionam entre si e com o tema da pesquisa. Assim sendo, o primeiro capítulo possui um caráter instrumental, onde por meio dele buscamos abordar o conceito de poder e as formas pelas quais o mesmo é exercido. O segundo capítulo possui uma abordagem essencialmente teórica, onde por meio da política externa buscamos criar os pilares suficientes para explicar e atribuir legitimidade ao conceito de poder. Enquanto que no terceiro capítulo trouxemos a análise empírica, onde buscamos por meio da análise do discurso verificar materiais que servissem como indicativos deste poder.

Após a análise realizada chegou-se à conclusão de que o questionamento levantado por esta pesquisa pode ser respondido de forma positiva, todavia, algumas ressalvas são necessárias. Atualmente a China é um ator fundamental nas mais importantes discussões em nível global, sendo inclusive considerada para restabelecer uma bipolaridade ou multipolaridade abrangente no sistema internacional. Não é surpreendente, portanto, que ao longo dos tempos tenham surgido narrativas internacionais fomentadas tanto pela China como por outros países, acerca das reais intenções e da atuação chinesa no exterior. Na realidade, nos últimos anos, tornou-se comum a difusão de discursos por parte das lideranças chinesas sobre a necessidade de o país se reafirmar internacionalmente por meio do controle das narrativas sobre si mesmo, com objetivo de “melhor comunicar a mensagem da China para o mundo” (Xi eyes..., 2014 *apud* Oliveira *et al.* 2020) e de contar “direito a história da China” (Baijie, 2018 *apud* Idem 2020). Inclusive os últimos anos têm se apresentado como um exemplo ilustre para se refletir acerca das ações chinesas de promoção de sua imagem e, conseqüentemente, de seu *Soft power*.

No século XXI, a China passou a atuar ativamente na ordem internacional, participando cada vez mais das instituições internacionais, como o caso de sua entrada em 2001 na Organização Mundial do Comércio (OMC). Através de relações mais construtivas com as grandes potências, os líderes chineses optaram por estratégias pacificadoras diante de um EUA receptivo e acomodativo em relação à China, em virtude da necessidade norte-americana de apoio em questões do Oriente Médio (Zhao, 2012). Além da participação em iniciativas multilaterais, o motivo das relações bilaterais do país passou a ser, principalmente, os ganhos mútuos (*win-win relations*) e os empréstimos sem compensação a nível econômico com os países do Sul Global (Zhao, 2012). Ademais, o governo chinês estimulou trocas culturais e políticas entre sociedades e lideranças nacionais, ampliando as visitas de Estado e fundando os

Institutos Confúcio como centros oficiais para o ensino do mandarim e da cultura chinesa em solo estrangeiro. Tais estratégias foram adotadas porque de acordo com Villanova (2017)

(1) a China quer ser vista como um país que se esforça para garantir a seu povo um futuro melhor, e quer fazer o mundo entender o conjunto de políticas que desenvolve e implementa; (2) a China quer ser vista como um parceiro econômico confiável e estável; (3) a china quer se caracterizar como membro confiável da comunidade internacional, capaz de contribuir para a manutenção da paz mundial e a solução de crises.; (4) a China quer ver reconhecida e valorizada a sua cultura e história milenares“. (IDEM, 2017, p. 100)

E tudo isso com o intuito de transmitir a imagem do Estado como um membro ordeiro e respeitoso das regras e da diversidade internacional.

Entretanto, como argumenta Shambaugh (2007), a popularidade chinesa é muito frágil e pouco influente quando a comparamos com as demais grandes potências. Esta fragilidade veio à tona em 2008, quando protestos em favor da independência do Tibete desabrocharam ao longo do trajeto da Pira Olímpica pelo globo. Tais perturbações foram filmadas pela televisão, tornando a China o foco da imprensa internacional em uma postura crítica ao país, algo que não acontecia desde o Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989. Aquele episódio deixou claro que a China além de promover as iniciativas oficiais, Estado-Estado, deveria estimular a “ofensiva de charme” por meio do engajamento centrado na diplomacia pública. Pois assim, o país teria melhores chances de contar os fatos a sua maneira, e deixar de ser refém da difusão ocidental de imagens e interpretações estereotipadas e danosas, como a ideia de “ameaça chinesa” ou a mais recente ideia do “vírus chinês”, que maculou a imagem da China neste período pandêmico. Dito isto, acreditamos que a China precisa reforçar a sua capacidade de comunicação, uma vez que, ela diz respeito a sua posição internacional; diz respeito ao crescimento do seu poder brando cultural; e diz respeito ao lugar e à função da mídia chinesa na opinião pública da comunidade internacional.

Referências

- ALVES, J. As Novas Configurações da Diplomacia do Petróleo SINO-AFRICANA: Os Casos de Angola e Nigéria. P. 146. Tese (Dissertação Pós-Graduação em Ciências Políticas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- ARENDDT, Hannah. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BÉNAZÉRAF, D. *Soft power* chinois en Afrique Renforcer les intérêts de la Chine au nom de l'amitié sino-africaine. Ifri, 2014. Disponível em: IFRI - Instituto Francês de Relações Internacionais | Instituto Independente de Pesquisa e Debate, dedicado à análise de questões internacionais e governança global.
- CARLETTI, A. A Política de boa vizinhança chinesa no contexto da integração regional asiática. Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012 p. 11 a 18.
- CARRIÇO, A. Grande Estratégia, e o «sonho da China» de Xi Jinping. Scielo Portugal. Lisboa, nº38, junho 2013.
- CHEN, Dean. Sea Power and the Chinese State: China's Maritime Ambitions. Backgrounder, n. 2.576, p. 1-27, 2011.
- CULL, Nicholas. Public Diplomacy before Gullion – the evolution of a phrase. Routledge Handbook of Public Diplomacy. New York: Routledge, 2009, p. 19-23.
- COSTA DA SILVA, Danielle; RIBEIRO, Renata Albuquerque; OLIVERIA, Tássia Camila de. (2014). Análise de Conteúdo de Discurso: interpretando a política externa brasileira na fala de seus líderes políticos. Anais do IX Encontro da ABCP. Brasília.
- DUARTE, Paulo. Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 34, no 2, p. 501-529, julho/dezembro 2012.
- FERREIRA, M. Análise de Política Externa em Perspectiva: atores, instituições e novos temas. Paraíba: UFPB Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- FRANCO, Élodie. La Chine renfloue sa marine pour asseoir ses ambitions régionales. Paris: Ministère de la Defense, 2007
- FREIRE, M. Política Externa: as relações internacionais em mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. 2009. In: Cadernos de Gestão Social, V. 2, N. 1.
- GUERALDI, R. A Aplicação do Conceito de Poder Brando (*Soft power*) na Política Externa Brasileira. 2006. Pág. 1-206. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2006.
- HAGAN Joe D. Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A.K.; HANEY, Patrick J. (org.). Foreign Policy Analysis – Continuity and Change in Its Second Generation. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

HEIERMANN, F. O *Soft power* Como um Instrumento da Política Externa Chinesa e Sua Estratégia na África Subsaariana. Caderno de Relações Internacionais, vol. 11, nº 21, jul. - dez. 2020.

ITUASSU FILHO, A. Tradição e Política Externa Americana, de 1898 a 1917 - Uma Discussão Sobre Ideias e Políticas, 2000, p. 327. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

IYAMU, Victor O. Diplomacia pública en la bibliografía actual. In *Ámbitos*, no 11-12, pp. 215-236, 2004.

JACOBS, L., & PAGE, B.. Who Influences U.S. Foreign Policy? *American Political Science Review*, v. 99, n.1, 107-123, 2005.

JIANZHEN, Qiao. Institutos Confúcio nos Países de Língua Portuguesa e seu Papel nos Intercâmbios Povo a Povo. *Pontos de Interrogação*, v. 10, n. 2, Edição Especial, jul.-dez., p. 237-251, 2020.

JÚNIOR, A. O Papel da Diplomacia Pública nas Relações Internacionais Contemporâneas. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, s/nº, novembro 2017.

MAH. L. A emergência do modelo de desenvolvimento chinês. *SciELO Portugal*. Lisboa, nº38, junho 2013.

MARTINELLI, C. O Jogo Tridimensional: o *Hard power*, o *Soft power* e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. *Conjuntura Global*, vol. 5 n. 1, p. 65-80, jan. /Abr., 2016.

MARINHO, E. R. As relações de poder segundo Michael Foucault. *e-Revista Facitec*, v. 2, n. 2, Art. 2, dez. 2008.

MEARSHEIMER, John J. A Tragédia da Política das Grandes Potências. Lisboa: Gradiva, 2001.

MOON, Bruce E. The State in Foreign and Domestic Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A.K.; HANEY, Patrick J. (org). *Foreign Policy Analysis – Continuity and Change in Its Second Generation*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

MONTENEGRO, R. Uma Visão Geral da Política Externa Chinesa Contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. *Brazilian Journal of International Relations*. São Paulo, V.8, nº2, p. 297-329, mai/ago. 2019.

MORGUENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz/ Hans J. Morgenthau; tradução de Oswaldo Biato. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. 1152p. (Clássicos IPRI).

MUSSALIM, F. 2006. Análise de discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol.2. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, pp. 101-142. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. New York, Oxford University Press, 2002.

NYE, Joseph S. *Soft power: The Means to Success in World Politics*. New York, Public Affairs, 2004

OLIVEIRA, Alana; FERNANDES, Filipe. *Soft power em Tempos de Quarentena: as estratégias da diplomacia chinesa em meio a pandemia de COVID-19*. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 27 | Maio 2020/Ago. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Temas da agenda internacional: O Brasil e o mundo*. Curitiba: Intersaberes, 2017.

PINTO, Danielle Jacon. *O Smart Power como um novo projeto de poder na esfera internacional: uma análise do Brasil e sua inserção internacional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva*, 2016, p. 352. Tese (Doutorado em Ciências Políticas)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RODRIGUES, L. *Soft power e Economia Criativa: a indústria cinematográfica como instrumento de poder brando*. 2015. Pág. 1-90. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SHAMBAUGH, D. *China's propaganda system: institutions, processes and efficacy*. The China Journal, n. 57, p. 25-58, Jan. 2007.

SHAPIRO, Robert e PAGE, Benjamin. *Foreign Policy and the Rational Public*, The Journal of Conflict Resolution, Vol. 32, No. 2 (Jun., 1988), pp. 211-247

STUENKEL, O. *O Mundo Pós-Occidental: potências emergentes e a nova ordem global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

TREMBLAY, Mathieu. *L'émergence du Soft power chinois*. Plateforme Québécoise de Journalisme Citoyen, 2007.

VILLANOVA, C. *Diplomacia Pública e Imagem do Brasil no Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

WEBER, M. *Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, 2004. V.2.

ZHAO, Qizheng. *How China Communicates: Public Diplomacy in a Global Age*. Pequim: Foreign Language Press, 2012. 242 p.

Discurso do Ex Presidente da República, Hu Jintao, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 14 de Setembro de 2005.

Discurso do Ex Presidente da República, Hu Jintao, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 15 de Setembro de 2005.

Discurso do Ex Presidente da República, Hu Jintao, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 23 de Setembro de 2009.

Discurso do Presidente da República, Xi Jinping, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 26 de Setembro de 2015.

Discurso do Presidente da República, Xi Jinping, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 28 de Setembro de 2015.

Discurso do Presidente da República, Xi Jinping, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 21 de Setembro de 2020.

Discurso do Presidente da República, Xi Jinping, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 22 de Setembro de 2020.

Discurso do Presidente da República, Xi Jinping, durante a Assembleia Geral da ONU Nova York: 21 de Setembro de 2021.